

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Dezembro de 2007

Área Temática: Biocombustíveis

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Dezembro de 2007

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL	7
Biodiesel	7
Petrobrás inicia venda de biodiesel - Kelly Lima – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2007	7
Biodiesel com algas... – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 12/12/2007	8
...e com pinhão-manso – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 12/12/2007	8
Estoque de biodiesel – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 12/12/2007	8
Etanol	9
Negociações avançam timidamente e trabalhadores decidem manter paralisação nos canais – Sitio Eletrônico da Contag - 13/12/2007	9
Empresa de Armínio pode investir em etanol – Reuters – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2007	10
Vendas de álcool no país batem recorde neste ano – Raquel Abrantes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/12/2007	11
Cana-de-Açúcar: Região de Ribeirão tem 1º Fechamento de Usina na Década – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/12/2007	12
Álcool volta a subir – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 03/12/2007	13
Vice-líder na cana – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 03/12/2007	13
Mais produtividade – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 03/12/2007	13
'Acionista interessado', Furlan mira etanol – Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 03/12/2007	13
Álcool remunera melhor do que açúcar - Cibelle Bouças e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 04/12/2007	14
BNDES mantém desembolsos robustos para o setor - Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Agronegocios - 04/12/2007	16
Única revê para cima produção de cana em 2007/08 – Valor Econômico – Agronegócios - 13/12/2007	17
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS	18
Biodiesel	18
Ministro projeta redução do uso de soja no biodiesel e crescimento da agricultura familiar – Sitio Eletrônico da COntag - 03/01/2008	18
Senador quer subsídio para o biodiesel – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/12/2007	19
Programa do biodiesel ainda esbarra no aumento de custo - Mônica Scaramuzzo - Valor Econômico – Agronegócios - 11/12/2007	19

Etanol	20
Cana-de-açúcar compromete sobrevivência do Cerrado – Sítio Eletrônico da CPT – 05/12/2007	20
Relatório alerta sobre impacto da monocultura sobre o meio ambiente – Sítio Eletrônico da CPT – 07/12/2007	20
Cana coloca em risco o cerrado brasileiro - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 01/12/2007	21
Usineiros terão R\$ 19,7 bi do BNDES - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/12/2007	22
ALTA INTERROMPIDA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007	23
MAIS COM MENOS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007	24
JOGO DE FORÇAS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007	24
INIMIGOS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007	24
HISTÓRIA COMPLETA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007	24
Zoneamento – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 04/12/2007	24
Ainda Não Preocupa – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 04/12/2007	24
ESTOQUE DE PASSAGEM - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007	25
DEPENDE DOS PREÇOS - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007	25
SAFRA ALCOOLEIRA - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007	25
CONSUMO INTERNO - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007	25
EMPREGO - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007	25
Cortador de cana pára pelo 13º salário – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2007	26
IBGE prevê safra recorde de novo em 2008. - Cássia Almeida – O Globo – Economia – 11/12/2007	26
Agrocombustível não é solução para combate ao aquecimento global – Juliano Domingues – Sítio Eletrônico do MST – 12/12/2008	27
Agricultura sustentável como forma de luta contra a mudança climática – Sítio Eletrônico do MST – 13/12/2007	27
Para ministro, Amazônia tem que ficar 'como está' - Patrick Cruz – Valor Econômico - Agronegócios - 04/12/2007	29
Alcool pode recuar apesar do período de entressafra – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 10/12/2007	30
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	30

Biodiesel	30
Europeus questionam subsídios dos EUA – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/12/2007	30
Etanol	31
Amorim critica exclusão do álcool de lista – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007	31
McCain quer tirar subsídio do álcool – Sérgio Dávila - Folha de São Paulo – Mundo – 13/12/2007	31
PNUMA SE DIZ PREOCUPADO COM BIOCOMBUSTÍVEIS – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007	32
EUA limitam uso de milho para combustível - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/12/2007	33
'Economist' critica etanol americano por inflação de alimentos no mundo – O Globo – Economia – 08/12/2007	34
Incentivo a quem preservar natureza – Martha Beck – Entrevista com Juan José Daboub – O Globo – Economia – 09/12/2007	34
Amorim critica exclusão do etanol de lista da OMC – Gilberto Scofield Jr. - O Globo – Economia – 09/12/2007	36
Etanol ganha força na campanha dos EUA - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Internacional - 10/12/2007	37

Segunda Quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL	39
Biodiesel	39
Biodiesel: produção conta com 100 mil agricultores familiares – Sítio Eletrônico da Contag - 28/12/2007	39
Petrobras no biodiesel – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 17/12/2007	40
Soja e óleo de palma têm forte alta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/12/2007	41
Etanol	42
Febre do etanol amplia fusões e aquisições - Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/12/2007	42
Gestão profissional dá nova perspectiva – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/12/2007	43
Do mercado financeiro para as usinas - Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/12/2007	44
Aportes japoneses em álcool ainda no papel - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 21/12/2007	46
Clima ajuda e colheita de cana do Nordeste se estenderá até março - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/12/2007	48
DGF investirá em biocombustíveis – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 27/12/2007	48
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS	49

Biodiesel	49
Biodiesel não afeta preços, diz ministro - Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/12/2007	49
Programa do biodiesel entra em operação à base de soja - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/12/2007	50
Agricultura familiar terá menos peso na produção - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/12/2007	51
Óleo de cozinha, da panela para os motores - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/12/2007	52
Lei que troca mata por dendê dá novo passo – Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2007	53
Mistura de biodiesel entra em vigor dia 1º - Erica Ribeiro – O Globo – Economia – 28/12/2007	55
Biodiesel conta com 100 mil agricultores familiares – Sítio Eletrônico do MDA - 27/12/2007	55
Biodiesel, o novo combustível para o Brasil - Nelson Hubner – Valor Econômico – Opinião - 26/12/2007	57
Etanol	59
Usineiros tornam-se 'órfãos' da CPMF – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/12/2007	59
Setor agrícola já sofre impacto do fim da CPMF - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Nacional – 25/12/2007	59
Produtores podem virar usineiros - João Naves de Oliveira – Estado de São Paulo – Agrícola – 26/12/2007	60
A rressaca leve do álcool - Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 25/12/2007	61
Sem assistência, cortador corre riscos – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007	62
Prefeitura faz convênio para fiscalização – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007	65
Ambientalistas afirmam que uso desgasta o solo – Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007	65
Cana ameaça sítios arqueológicos no AC – Sergio Torres – Folha de São Paulo – Ciência – 31/12/2007	66
Ipsis Litteris – Valor Econômico – Agronegócios - 19/12/2007	67
Agenda estratégica do álcool combustível - Marcos Fava Neves – Valor Econômico – Opinião – 27/12/2007	68
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	70
Etanol	70
Brasil abre guerra contra subsídios dos EUA ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/12/2007	70
Comida mais cara – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/12/2007	71
Bush aprova lei de energia que eleva produção de álcool – John M. Broder – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/12/2007	74
Álcool celulósico é "grande aposta" dos EUA, diz USDA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/12/2007	75

EUA aprovam legislação para reduzir o consumo de combustíveis – David Usborne – O Globo – Ciência – 20/12/2007	76
Pela primeira vez, Brasil produzirá mais álcool que os Estados Unidos – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 24/12/2007	76
Senado americano aprova mais incentivos ao etanol - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios - 17/12/2007	78

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

Petrobrás inicia venda de biodiesel - Kelly Lima – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2007

Estatual arrecada R\$ 300 milhões com a operação; mistura ao óleo diesel será obrigatória a partir de janeiro

A Petrobrás começou ontem a preparar o mercado de biodiesel para a mistura obrigatória, a partir de 1º de janeiro, de 2% ao óleo diesel. A estatal iniciou a venda de 380 milhões de litros de biodiesel às distribuidoras que operam no País.

Segundo dados da companhia, a iniciativa representa “a efetiva introdução desse combustível renovável na matriz energética brasileira”. De acordo com a estatal, foram vendidos ontem 157 milhões de litros, volume que corresponde a 97% da oferta nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O valor total pago foi de R\$ 300 milhões.

O biodiesel colocado à venda havia sido arrematado nos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) nos dias 13 e 14 de novembro, para atender à demanda prevista para o primeiro semestre de 2008. A ANP também determinou que a Petrobrás faça um leilão para adquirir biodiesel ainda em dezembro para estoque de segurança. A recomendação é de compra de 100 milhões de litros.

O temor de uma eventual falta de biodiesel no mercado no próximo ano também já está fazendo com que o combustível desapareça das bombas nos postos de abastecimento neste mês, quando a mistura é opcional. De um lado, produtores estariam segurando o biodiesel para entregar às distribuidoras apenas em 2008. De outro lado, a Petrobrás estaria segurando o produto para compor estoque e evitar a falta no primeiro mês de obrigatoriedade.

A informação foi confirmada por três fontes consultadas no setor de distribuição de combustíveis. Oficialmente, tanto a Petrobrás quanto a ANP dizem que o abastecimento está normal e qualquer falta neste momento de transição não será punida. “Quando começar a vigorar a obrigatoriedade, as multas serão cumpridas e equivalem ao valor do combustível vendido”, disse o diretor da ANP, Haroldo Lima.

Na semana passada, o presidente da BR Distribuidora, José Eduardo Dutra, admitiu que houve “problemas com logística” no abastecimento em 2007, que já haviam sido solucionados, e o abastecimento seria normal no próximo ano.

De acordo com uma fonte do setor, no entanto, neste fim de ano falta combustível. “Está todo mundo segurando o produto, seja porque está de olho em melhores preços, no

caso dos produtores, seja porque teme falta quando houver a obrigatoriedade da mistura”, disse um técnico.

Segundo fonte de outra distribuidora, já circula entre as empresas um modelo padrão de informativo a ser encaminhado à ANP no caso de o biodiesel faltar em 2008. Na carta, a empresa que não receber o biocombustível afirma que não mais fornecerá diesel no período. “Entre ser multada e deixar faltar o óleo diesel nos postos, as distribuidoras vão escolher esta segunda opção, a menos que a ANP a libere de fazer a mistura por algum motivo”, explicou a fonte.

O Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom) negou envolvimento com a elaboração da carta. Segundo o porta-voz do Sindicom, Alísio Vaz, qualquer atitude neste sentido está sendo tomada isoladamente pelas empresas. Ele disse ainda que estão sendo mantidos diálogos entre governo e distribuidora, além da Petrobrás, para evitar a falta do biodiesel a partir do início da obrigatoriedade. Segundo ele, a interrupção do fornecimento seria irresponsabilidade.

Biodiesel com algas... – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 12/12/2007

A Royal Dutch Shell irá construir com a empresa americana HR Biopetroleum usina-piloto para a produção de biocombustível a partir de algas. O empreendimento, batizado de Cellana, será erguido no Havaí, sede da HR Biopetroleum. Serão cultivadas microalgas que se multiplicam rapidamente e produzem "pelo menos 15 vezes mais óleo vegetal por hectare que canola, soja ou pinhão-manso".

...e com pinhão-manso – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 12/12/2007

O Instituto Volta ao Campo (IVC) e a suíça Global Agricultural Resources (GAR) fecharam parceria para a produção de biodiesel a partir do pinhão-manso no Triângulo Mineiro. A meta é produzir 50 mil hectares da oleaginosa em cinco anos. O pinhão deverá ser colhido apenas em 2011. O óleo será processado na Europa.

Estoque de biodiesel – Valor econômico – Agronegócios – Curtas – 12/12/2007

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) determinou que Petrobras e Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) adquiram 100 milhões de litros de biodiesel ainda este mês. O objetivo é a formação de estoque para garantir o abastecimento a partir de 2008, quando será obrigatória a mistura de 2% no diesel.

Etanol

Negociações avançam timidamente e trabalhadores decidem manter paralisação nos canaviais – Sítio Eletrônico da Contag - 13/12/2007

O cenário nos canaviais da usina Alvorada do Oeste nesta quinta-feira (13) continua sendo o mesmo observado nos dois últimos dias: trabalhadores e trabalhadoras rurais do corte de cana mobilizados no protesto contra salários em atraso e com suas atividades suspensas.

Eles reivindicam o pagamento total do 13º salário, que estava previsto para ser depositado em duas parcelas, uma no dia 31 de novembro e outra em 10 de dezembro. O não pagamento por parte da indústria sucroalcooleira despertou a indignação dos trabalhadores, que resolveram abandonar os canaviais.

Ainda ontem (12), no final da tarde, a empresa quitou uma das parcelas. No entanto, a falta de previsão do segundo pagamento fez com que os manifestantes decidissem continuar com a suspensão dos trabalhos. Aproximadamente oitocentos trabalhadores e trabalhadoras aderiram ao protesto.

Na manhã desta quinta-feira (13), o sindicalista Rubens Germano, diretor da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp/CUT), retornou ao local do manifesto para assessorar os trabalhadores com a pauta de reivindicações. Além da segunda parcela do 13º salário, eles querem uma solução quanto aos cheques da empresa emitidos para trabalhadores residentes fora de Santo Anastácio, cidade sede da usina Alvorada. Os manifestantes alegam não conseguir descontar o valor de seus vencimentos pelo fato dos cheques não terem fundos. Outra solicitação é quanto a troca dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), cuja responsabilidade é da usina e que em alguns casos encontram-se sem condições de uso.

De acordo com Germano, a paralisação não tem previsão de término. "Aguardamos aqui um pronunciamento da empresa quanto às reivindicações salariais e de segurança de trabalho. São direitos fundamentais e estaremos aqui para evitar possíveis ações truculentas contra os trabalhadores".

Empresa de Armínio pode investir em etanol – Reuters – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2007

‘Não investimos antes porque os preços estavam altos’, diz o ex-presidente do Banco Central

Depois de vender 12,5% da Gávea Investimentos para um fundo da Universidade Harvard, o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, que comanda a administradora de recursos, pode enveredar para o mercado de biocombustíveis.

Fraga afirmou que está avaliando alguns investimentos, principalmente no mercado de etanol. “Nós já examinamos algumas coisas, mas até agora não fizemos nenhum investimento”, disse. “Durante um certo momento, parecia que o setor vivia uma certa euforia. Em geral, em momentos de euforia, os preços sobem demais. Os preços ficaram caros para nós. A um nível mais razoável e a um preço certo, nós investiríamos nesse setor”, disse Fraga a jornalistas, durante um seminário da Fundação Getúlio Vargas.

“Acho o setor muito bom, o Brasil é uma potência nesse setor. Num preço bom, o setor nos agrada muito e nos interessa mais, mas até agora não encontramos nada”, acrescentou Fraga, ao afirmar que outras áreas exploradas pelo Gávea Investimentos são infra-estrutura e consumo.

Fraga chegou a ser citado como um dos interessados em comprar parte das ações da Vale do Rosário, antes da fusão com a Companhia Energética Santa Elisa, que resultou na Santelisa Vale.

Segundo Fraga, os recursos provenientes da venda de participação na Gávea - cujo valor não foi revelado - serão destinados às três principais carteiras: uma multimercados, outra na área de gestão de patrimônio e a terceira de investimentos a longo prazo. “Os recursos da venda ficarão 100% investidos nos nossos fundos, ou seja, nessas três áreas.”

A associação com a Harvard Management Company, gestora de um patrimônio de US\$ 40 bilhões da universidade americana, deverá ajudar a compor o terceiro fundo de longo prazo da Gávea, previsto para ser lançado no ano que vem.

O fundo de Harvard é o maior de uma universidade e, no último ano, gerou um retorno de 23%.

Fraga admitiu que a crise provocada nos mercados de crédito dificultou as operações dos últimos cinco meses, e a previsão dele é que a volatilidade vai continuar.

Vendas de álcool no país batem recorde neste ano – Raquel Abrantes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/12/2007

Comercialização do combustível aumentou 86,6% em relação ao ano passado

Vendas de óleo diesel e de GNV (gás para veículos) também cresceram, e consumo de gasolina deve se estabilizar até 2010

O álcool combustível registrou recorde de vendas neste ano: 5,291 bilhões de litros - aumento de 86,6% em relação a 2006. De todo o álcool consumido no país, 60% são comprados nos postos do Estado de São Paulo.

As associadas ao Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes) venderam 72 bilhões de litros de combustíveis neste ano, 10% mais do que em 2006. Essas empresas representam 75% do mercado brasileiro, que pode ter crescido 5%, segundo o vice-presidente executivo da entidade, Alisio Vaz. "Até 2010, imaginamos que ocorra a estabilização do consumo de gasolina. A partir daí, poderá haver queda. O álcool está cada vez mais competitivo e, até o início do ano, 30% dos donos de carro flex nunca tinham usado o combustível, o que deve ter mudado com o combate à adulteração", disse o executivo do Sindicom, entidade que reúne 19 mil postos com as bandeiras das empresas e 2.300 lojas de conveniência.

Vaz acredita no potencial crescente do consumo de álcool em 2008, já que 85% dos veículos vendidos atualmente são "flex-fuel" (bicombustíveis). A entidade avalia que o mercado efetivo de álcool tenha crescido 28% em 2007.

O crescimento da venda de óleo diesel também foi significativo, de 7,4% neste ano, acompanhando a recuperação da agricultura. Em 1º de janeiro, quando todo o diesel do Brasil deverá ter 2% de biodiesel, serão produzidos 840 milhões de litros deste último. A distribuição de gasolina subiu 3,7%, para 18,98 milhões de litros. Apesar dos problemas recentes no fornecimento de gás natural, a venda de GNV (gás natural veicular) registra alta de 12,5% em 2007, para 1,33 bilhão de metros cúbicos.

"A partir de agora, o consumo de GNV deve ficar estagnado, mas não deve cair", diz Vaz.

Para 2008, a expectativa do Sindicom é que a intensidade do crescimento geral de vendas do mercado seja menor e fique um pouco acima do incremento da economia, em torno dos 5%, influenciado também pelo aumento da renda média.

Controle de qualidade - Um dos grandes avanços com relação ao controle de qualidade dos combustíveis foi o aprimoramento na regulamentação. A resolução nº 7/2007 da ANP (Agência Nacional do Petróleo) proibiu que as distribuidoras vendessem combustíveis a postos de outras bandeiras e limitou a venda entre distribuidoras a 5% do total comercializado.

"Desde 2000, o posto que ostenta uma marca já não pode comprar combustível de outra distribuidora. Mas, quando a ANP flagrava a situação, a distribuidora não era punida. Agora, houve uma moralização do mercado. A venda entre distribuidoras também permitia repassar a responsabilidade sobre o ICMS", explicou Vaz.

Com ações de repressão a irregularidades em São Paulo desde abril, as margens das distribuidoras com a venda de álcool hidratado deixaram de ser negativas em maio e voltaram a gerar ganhos até novembro, quando o preço do produto subiu. "Temos certeza de que ainda há álcool sonegado em SP, mas muito menos do que em 2006", observa Vaz.

Entre as propostas do Sindicom para 2008 estão a concentração da tributação do álcool no produtor, como já ocorre com a gasolina e o diesel, e da arrecadação no agente que dispõe de ativos para garantir o recolhimento. Em um primeiro momento, do PIS/Cofins.

O Sindicom também sugere a uniformização das alíquotas do ICMS, já que as diferenças entre os Estados facilitam a sonegação, e a criação, pela ANP, de um novo agente comercializador do álcool na BM&F, para transformar o combustível em commodity.

"Já existe uma proposta de adequação da negociação internacional do álcool, que deve ser aprovada até o final deste ano para ser implementada em 2008", informou Vaz.

Cana-de-Açúcar: Região de Ribeirão tem 1º Fechamento de Usina na Década – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/12/2007

Foi anunciado ontem o fechamento da Usina Santa Luiza, de Motuca (SP), controlada pelos grupos São Martinho e Cosan e a Usina Santa Cruz. A empresa tem 1.100 funcionários, numa cidade de 4.200 habitantes. A saída da usina, que mói 1,8 milhão de toneladas por safra, representará queda de 48% na arrecadação de ICMS pela cidade, segundo a prefeitura. É o primeiro fechamento de usina na década na região de Ribeirão, principal pólo produtor do país. Os funcionários terão a opção de trabalhar em uma das três usinas do grupo.

Álcool volta a subir – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 03/12/2007

Os preços do álcool vendido pelas usinas sucroalcooleiras às distribuidoras de combustíveis voltou a aumentar em São Paulo na semana passada. Segundo levantamento do Cepea/Esalq, o litro do anidro chegou a R\$ 0,84788, alta de 0,32% em relação à semana anterior. Já o litro do hidratado subiu 0,57% na comparação, para R\$ 0,75417. Esses valores não incluem impostos.

Vice-líder na cana – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 03/12/2007

Na disputa caseira que trava com Minas Gerais pela vice-liderança nacional na produção de cana - São Paulo está no topo do ranking -, o Paraná saiu-se melhor na temporada 2007/08. De acordo com dados da Conab destacados pelo deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR), o Estado do Sul deverá produzir 46,2 milhões de toneladas no ciclo, enquanto a colheita mineira será de 40,9 milhões.

Mais produtividade – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 03/12/2007

O Instituto Agronômico paulista, vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado, segue com investimentos em variedades de cana cada vez mais produtivas. Quatro novidades serão apresentadas no próximo dia 6, em Ribeirão Preto (SP), o maior pólo canavieiro do mundo.

'Acionista interessado', Furlan mira etanol – Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 03/12/2007

Dizendo-se "um acionista muito interessado em que a empresa progrida", o ex-ministro do Desenvolvimento Luis Fernando Furlan, justificou sua presença na inauguração da fábrica da Sadia em Kaliningrado, no sábado. Vindo de Veneza, após uma semana na Índia, ele não descartou voltar ao conselho de administração da empresa, do qual se afastou após assumir o ministério no primeiro mandato de Lula. "Isso é assunto para o próximo ano". Disse, porém, que não voltaria na mesma posição que ocupou. "A Sadia está sendo bem dirigida, tem um grupo mais jovem que eu, e eu, como acionista, estou muito satisfeito".

Apesar da insistência de Furlan, Walter Fontana, atual presidente do conselho de administração, não o tratou como um simples acionista na confraternização após a cerimônia de inauguração. Quando Furlan conversava com jornalistas, Fontana passou por ele e disse: "Fala dos próximos lances". De pronto, Furlan respondeu: "Eu não falo de próximos lances, isso é você quem fala". Sobre a internacionalização da Sadia, o ex-ministro disse que a empresa, assim como Brasil, vive uma fase muito positiva e que "após tantos anos de liderança no mercado doméstico" tem "musculatura e capacidade para enfrentar desafios no exterior".

Furlan lembrou que o atual nível do dólar viabiliza investimentos no exterior, já que estes custam menos em reais. Questionado se o patamar de hoje para a moeda americana inviabilizaria a exportação, o ex-ministro disse: "O Brasil já se acostumou ao dólar de R\$

1,80 e não acredito que haja retrocesso". E afirmou: "Acho que seria prudente que as empresas fizessem planos considerando dólar nesse nível. Assim como o petróleo não vai voltar a US\$ 30, o dólar não vai voltar a R\$ 3,50". Sobre o governo, preferiu não opinar.

Furlan evita falar sobre o seu futuro na Sadia e do que acha do governo Lula, mas não economiza quando o assunto é a Fundação Amazonas Sustentável. "Esse é o meu baby". Questionado se quer ser o Al Gore brasileiro, rejeita. "Não quero ser o Al Gore. Ele é político, é candidato, e eu nem tenho filiação política".

O ex- ministro contou que vinha pensando qual seria o desafio no que chamou de terceira fase de sua vida, após ter sido empresário e ministro. Foi para Harvard em junho e chegou à conclusão de que poderia "prestar algum serviço" em preservação ambiental. Segundo Furlan, a experiência na zona franca de Manaus quando era ministro lhe rendeu o convite do governador do Amazonas para liderar a formação de uma fundação de conservação ambiental da Amazônia. A fundação começa com uma concessão de 17 milhões de hectares (área semelhante à da Inglaterra e da Holanda juntas) e a idéia é que em cinco anos ela permaneça como está. A concessão é renovável por mais vinte anos.

Além da preservação ambiental, outra frente em que Furlan se engajou é a produção de etanol. Junto com um filho, um genro, o ex-presidente da Apex, Juan Quiroz, e outros investidores, o ex-ministro vai construir uma usina para moer 2 milhões de toneladas anuais - que pode ser ampliada para quatro milhões - em Baitaporã (MS). Segundo ele, a usina, com investimentos de R\$ 300 milhões, começa a operar em 2010. "Podia ser 2009, mas como os preços estão tendo uma barrigada, já ajustamos o cronograma para 2010", justificou, referindo-se ao recuo no mercado de açúcar e álcool. O etanol é para Furlan sua "atividade de terceiro turno", assim como o investimento em duas PCHs, em Rondonópolis (MT), cuja energia já está toda vendida por 20 anos. "É minha caderneta de poupança".
(AAR)

Álcool remunera melhor do que açúcar - Cibelle Bouças e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 04/12/2007

Apesar de se manter em patamares baixos de preços entre abril e novembro, o álcool remunerou melhor as usinas que o açúcar nesta safra 2007/08, conforme levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) e da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).

No balanço feito na semana encerrada no dia 30 de novembro, o álcool hidratado pagou 18% mais que o açúcar. O anidro, 24% mais, segundo o Cepea. "É a primeira vez que o álcool remunerou mais que o açúcar em muito tempo", afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica.

Segundo Padua, o álcool esteve remunerador entre abril e maio. Já entre junho e setembro, houve empate entre os dois produtos. Em outubro e novembro, o combustível levou a melhor. Na comparação com o açúcar para exportação, o álcool levou vantagem desde abril.



Conforme Júlio Maria Martins Borges, presidente da Job Economia e Planejamento, uma vantagem do álcool no balanço de toda a safra não ocorria desde a década de 1980 - época do Proálcool -, e reflete a forte desvalorização nos preços do açúcar neste ano, por conta do superávit global de produção.

Segundo ele, as usinas deverão encerrar o ano com queda na receita com exportações de açúcar da ordem de 34%. A queda é explicada pela desvalorização de 24% no preço médio da commodity negociado na bolsa de Nova York, que passou de uma média de 12,50 centavos de dólar por libra-peso em 2006, para 9,50 centavos de dólar neste ano.

Outro fator é a queda de 13,5% no valor médio do dólar em relação ao real, na comparação entre o câmbio médio de 2007 (R\$ 1,85) e o de 2006 (R\$ 2,14). "O açúcar exportado cobre os custos operacionais das usinas, mas não é capaz de gerar lucro. Os balanços das usinas não serão bons neste ano", afirmou Martins Borges.

De janeiro a outubro, as exportações de açúcar recuaram 2,8% em volume, para 10,35 milhões de toneladas, e 15,5% em receita, para US\$ 2,62 bilhões, de acordo com a Secex (Secretaria de Comércio Exterior). A Job Economia calcula que as exportações devam se manter em 20 milhões de toneladas neste ano. No ano passado, segundo dados do Ministério da Agricultura, as exportações de açúcar totalizaram 18,87 milhões de toneladas, gerando receita de US\$ 6,167 bilhões. Borges estima que a receita com exportações neste ano ficará 34% abaixo desse valor.

Na avaliação do consultor, o açúcar é o produto mais rentável na relação custo e preço de venda. Essa relação se inverte nos períodos de entressafra, quando a oferta de álcool diminui consideravelmente. Para Padua, os preços do álcool deverão ter uma recuperação durante a entressafra (janeiro a abril). "Mas a expectativa não é a mesma para o açúcar." Levantamento do Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) mostra que o preço médio do álcool ao consumidor ficou em R\$ 1,398 em novembro passado no país, aumento de 6% sobre outubro. A tendência é que os preços subam mais na entressafra.

O baixo desempenho do açúcar no mercado interno comprometeu o desempenho geral das indústrias de São Paulo, segundo levantamento da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo). De acordo com o indicador de nível de atividade, o segmento de alimentos e bebidas teve um crescimento de 0,9% em outubro comparado a setembro, com ajuste sazonal abaixo da média geral, de 2,7%. No ano, o indicador apresenta aumento de 3,8% para o setor de alimentos e bebidas, contra média nacional de 4,9%.

O resultado foi comprometido sobretudo pelo desempenho das usinas sucroalcooleiras, segundo Paulo Francini, diretor da Fiesp. "O açúcar sofreu nas bolsas internacionais e a desvalorização do dólar comprometeu as exportações".

BNDES mantém desembolsos robustos para o setor - Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Agronegócios - 04/12/2007

O setor sucroalcooleiro terá quase R\$ 20 bilhões de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até 2010, de acordo com a carteira de projetos aprovados e sob análise nos segmentos de produção, cultivo de cana, co-geração de energia elétrica e pesquisa e desenvolvimento. Os empréstimos já aprovados ao setor somam R\$ 10,6 bilhões. Já os projetos sob análise, cujos investimentos devem ser realizados nos próximos dois anos, se aprovados, devem contar com R\$ 9,1 bilhões do banco de fomento.

Para 2007, a perspectiva é de um volume recorde de desembolsos de recursos ao setor, de R\$ 3,2 bilhões, alta de 62% sobre 2006.

O banco, que criou em agosto passado um departamento específico para tratar da expansão da indústria do etanol, vê mais investimentos nos próximos anos.

Dos 77 projetos que estão no portfólio, os destaques são os investimentos de empresas que ainda não formalizaram pedido de empréstimo junto ao banco para a instalação das usinas. "São projetos grandes, que já nascem com uma forte economia de escala", afirmou o gerente do departamento de biocombustíveis do banco, Paulo Favaret Filho.

Das novas usinas, 39 já tiveram empréstimos aprovados ou contratados, totalizando R\$ 3,79 bilhões de financiamento. O BNDES possui outros 12 projetos de investimento com perspectiva de entrar com a carta-consulta, primeira fase do pedido formal de empréstimo, e que indicam investimentos maiores daqui para frente. Somente esses 12 empreendimentos devem demandar R\$ 3,74 bilhões de financiamento. Os projetos mais robustos têm investimento inicial de R\$ 500 milhões por usina. "Há casos de empresas com a intenção de instalar três usinas, com um investimento de R\$ 1,5 bilhão", disse.

Pelos cálculos do BNDES, os 77 projetos devem aumentar a capacidade de moagem de cana no país em 100 milhões de toneladas ao ano. Esses investimentos somam R\$ 17,3 bilhões, dos quais R\$ 12,1 bilhões devem ser financiados pelo BNDES. Os grandes empreendimentos em questão devem se instalar fora de São Paulo, principal pólo produtor de cana do país, devido ao menor custo da terra, disse o chefe do departamento, Carlos Eduardo Cavalcanti. As principais áreas são o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás e o sul do Mato Grosso do Sul, onde há cultivo de grãos. Os técnicos do banco ressaltam que tais plantas são mais modernas, quase que totalmente mecanizadas e com processos de produção que excluem a queima da cana, o que reduz danos ambientais.

Os novos investimentos não se limitam ao mercado interno, impulsionado nos últimos anos pelo elevado crescimento da frota de carros flexfuel. "Muitas dessas empresas querem se tornar global players. O BNDES está preocupado em dar sustentabilidade ao crescimento das empresas ao exterior", disse Cavalcanti. Para fomentar a internacionalização do setor, o vice-presidente do BNDES, Armando Mariante, não descarta emprestar para empresas que queiram instalar usinas fora do país, como na África, onde o clima é propício para a cultura da cana. O BNDES anunciou ontem avanços no

financiamento à co-geração por meio do uso do bagaço da cana. São 47 projetos com capacidade de geração elétrica de 1,4 mil MW que estarão disponíveis no sistema elétrico nacional em 2010.

Unica revê para cima produção de cana em 2007/08 – Valor Econômico – Agronegócios
- 13/12/2007

A União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) reviu para cima sua previsão de moagem de cana para a safra 2007/08, depois de manter por cinco meses o volume em 415 milhões de toneladas. Em seu último relatório do ano, a Unica prevê moagem de 425 milhões, 14% mais sobre 2006/07.

A mudança nas estimativas reflete o clima favorável à colheita em novembro, disse Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica. Mesmo com moagem maior, as usinas do centro-sul devem deixar entre 5 milhões a 7 milhões de toneladas nos canaviais. A maior produção também foi atribuída ao início das operações de três novas usinas em outubro.

A produção de álcool deverá ficar em 19,7 bilhões de litros, 23% mais que em 2006/07. O volume exportado deve atingir 2,8 bilhões de litros no centro-sul, redução de cerca de 600 milhões de litros sobre 2006/07, por conta da menor demanda dos EUA. Para o açúcar, a produção está estimada em 26,2 milhões de toneladas, 1,63% maior que a safra anterior. A expectativa inicial era de que a oferta de açúcar recuasse ligeiramente nesta safra.

Para 2008/09, a Unica ainda não tem estimativas. Mas Padua estima um novo aumento de produção de cana por conta das 30 novas usinas que deverão entrar em operação. Essas novas unidades deverão adicionar um volume extra de 21 milhões de toneladas em média.

Para esta entressafra, a Unica garantiu que há oferta suficiente de álcool, mesmo com a maior demanda pelo combustível com a entrada de 2 milhões de veículos flexfuel no último ano no país. Os estoques de dezembro a abril estão estimado em torno de 6,5 bilhões de litros, 25% mais que no mesmo período do ano passado.

A maior oferta de álcool na entressafra se reflete nos preços. Segundo Marcelo Andrade, da Ecoflex Trading, o mercado "continua morno, com tendência de estabilidade". Conforme Andrade, o comprador está em fase de apuração de estoques. As usinas deverão trabalhar a colocação da oferta no mercado para evitar a concentração de volume no mesmo período. (MS)

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Ministro projeta redução do uso de soja no biodiesel e crescimento da agricultura familiar – Sítio Eletrônico da CONtag - 03/01/2008

A preferência das empresas produtoras de biodiesel por operações a partir do óleo de soja deverá ser relativizada com variações futuras de mercado. A avaliação é do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que disse não ver "problema na produção a partir da soja neste momento economicamente favorável, mas isso não deve perdurar no tempo".

Uma meta anunciada pelo ministro é fechar 2008 com o dobro dos atuais 100 mil agricultores familiares que produzem oleaginosas, matéria-prima para o biodiesel. Cassel lembrou que a agricultura familiar fornece mais de 90% dessas oleaginosas para as empresas produtoras, entre elas a mamona, o dendê, o amendoim e o algodão. E garantiu que é possível tornar estas culturas competitivas em relação à soja: "Isso se faz com pesquisa, sementes e assistência técnica adequadas ao plantio, e oferta de crédito na hora certa."

O ministro disse que com o B2 (adição obrigatória de 2% de biodiesel ao diesel mineral vendido nos postos) o Brasil está abrindo um caminho novo para produzir um combustível renovável, limpo e capaz de produzir inclusão social: "Acima de tudo, permite gerar trabalho e renda em locais onde isso é extremamente necessário. Na Região Nordeste, o aumento médio de renda anual dos pequenos produtores que aderiram à cadeia do biodiesel foi de até R\$ 3,5 mil, valor significativo naquele meio rural."

Cassel ressaltou ainda a importância do Selo Combustível Social, que se traduz em benefícios fiscais para empresas produtoras de biodiesel que priorizam a compra de agricultores familiares: "O governo brasileiro encontrou um forma original, inovadora e ousada de produzir energia e, ao mesmo tempo, garantir inclusão social". O selo já foi dado a 28 empresas e há mais de dez pedidos encaminhados, para avaliação neste ano.

Biodiesel – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 04/12/2007

Em uma análise pessoal sobre o setor de biodiesel, Stephanes diz que o mercado vai passar por um período de ajuste. "Houve uma certa euforia e algumas precipitações de alguns empresários".

Senador quer subsídio para o biodiesel – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/12/2007

O presidente da subcomissão de Biocombustíveis da Comissão de Agricultura do Senado, João Tenório (PSDB-AL), afirmou ontem, em audiência pública, que o governo deveria subsidiar a produção de combustíveis de origem vegetal da mesma forma como ocorreu no início do Proálcool. "Caso contrário, vamos ficar patinando. Será impossível dar velocidade à produção de biodiesel para atender a demanda necessária", disse Tenório, dono de usinas em Alagoas.

Tenório afirmou que à época da implantação do Proálcool os produtores não conseguiam competir com o petróleo e lembrou que os biocombustíveis reduzem as desigualdades regionais. "Não podemos continuar com a concentração industrial nas regiões do centro-sul, Centro-Oeste e Sudeste".

Os subsídios à produção de etanol no Nordeste, suspensos pelo governo, custavam apenas R\$ 250 milhões ao governo, informou. "Graças a esses subsídios, o Nordeste chegou a produzir 71 milhões de toneladas de cana, quando São Paulo produzia 70 milhões. Hoje, o centro-sul produz 400 milhões e o Nordeste, 50 milhões". O custo de produção no Nordeste é mais alto em razão de condições de relevo e clima. Ele comparou o subsídio à cana aos gastos federais com a produção industrial da Zona Franca de Manaus. Segundo ele, a área industrial só existe porque a União concede R\$ 6,5 bilhões anuais em renúncia fiscal. "Esse incentivo é importante e necessário para o desenvolvimento de outras regiões pobres", disse. (MZ)

Programa do biodiesel ainda esbarra no aumento de custo - Mônica Scaramuzzo - Valor Econômico – Agronegócios - 11/12/2007

Às vésperas do início obrigatório da mistura de 2% do biodiesel ao diesel no país, em janeiro de 2008, o cenário de preços para o biocombustível ainda é baixista. Levantamento da consultoria de agronegócios AgraFNP mostra que há uma superoferta do produto no mercado doméstico equivalente a mais que o dobro da demanda inicial, estimada em cerca de 850 milhões de litros para atender à nova regulamentação.

Segundo José Vicente Ferraz, diretor técnico da AgraFNP, os custos de produção do biodiesel estão acima das cotações médias alcançadas nos leilões do governo, de R\$ 1,809 o litro (média do ano). "A maior oferta provocou a redução dos preços do produto nos leilões. A meta era de que os preços ficassem entre R\$ 2,20 a R\$ 2,40 o litro, mas estão em R\$ 1,80, em média, e poderão cair para R\$ 1,60", disse.

Os custos de produção a partir do óleo de soja, matéria-prima mais utilizada no país, mas que apresenta baixo rendimento para o óleo, estão em R\$ 2,42 em Rondonópolis (MT) e R\$ 2,59 no Paraná. O custo a partir do pinhão-manso é o único abaixo das cotações médias dos leilões - R\$ 1,21, no Paraná. Os custos a partir do dendê saem a R\$ 2,62, no Pará, e do girassol, a R\$ 2,33, em Goiás. A mamona tem o maior custo, de R\$ 5,70, no oeste baiano. As matérias-primas respondem por dois terços do custo.

Apesar de ser produzida em maior escala, a soja não é considerada economicamente viável para a produção de biodiesel em razão da alta das cotações no mercado internacional. "A maior demanda por milho elevou os preços da soja", disse. De acordo com Ferraz, o cenário de alta para os grãos deve permanecer no médio prazo.

A AgraFNP aponta o dendê como a cultura como melhor opção para a produção de biodiesel, mas apresenta entraves ambientais à expansão, uma vez que as áreas indicadas para o seu plantio estão localizadas na região Amazônica.

Neste mês, o governo previa a realização de dois leilões para a compra do produto. Segundo o Ministério de Minas e Energia, somente um será feito até o dia 20.

Etanol

Cana-de-açúcar compromete sobrevivência do Cerrado – Sítio Eletrônico da CPT – 05/12/2007

A cada ano, o cerrado pode perder 22 mil quilômetros quadrados de sua cobertura vegetal para a agricultura. A previsão é resultado de um estudo feito pela ONG Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) que também aponta a construção de 47 novas usinas de álcool nos próximos anos em áreas de cerrado nos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. O bioma abrange dois milhões de quilômetros quadrados e, além de ser considerado por biólogos como a área de savana mais rica do mundo, possui uma diversidade de flora e fauna quase tão grande quanto da Amazônia. No entanto, o cerrado não possui um sistema de monitoramento como a floresta amazônica. Por isso, regiões consideradas pelo Ministério do Meio Ambiente como prioritárias para preservação em Goiás já estão com 40% de sua área comprometida pelas plantações de cana-de-açúcar. A situação se repete em Mato Grosso e Minas Gerais: áreas destinadas para o desenvolvimento da biodiversidade e que deveriam ser conservadas estão sendo destruídas em detrimento da produção agroalcooleira.

Relatório alerta sobre impacto da monocultura sobre o meio ambiente – Sítio Eletrônico da CPT – 07/12/2007

O Relatório Direitos Humanos no Brasil 2007, produzido pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e divulgado no dia 6 de dezembro, alerta para o impacto da produção de agrocombustíveis no país. Embora venha sendo considerada como a principal alternativa para diminuir a poluição ambiental, a produção monocultora de biocombustíveis desmatará florestas e acabará emitindo mais gás carbônico para a atmosfera. A cana-de-açúcar, por exemplo, preocupa pela grande quantidade de água que necessita e pelos produtos químicos que utiliza. Segundo o relatório, cada litro de etanol produzido a partir da cana-de-açúcar gera cerca de 10 litros de vinhoto, uma substância que contamina rios e fontes de água subterrâneas. O Brasil produz 17 bilhões de litros de etanol por ano. O relatório também aponta que o preço dos alimentos pode subir de 20 a 33% até 2010 devido à expansão da produção monocultora de agrocombustíveis.

Sem monitoramento, plantações avançam em áreas de proteção

Enquanto os olhos e a preocupação estão voltados para a Amazônia, a cana-de-açúcar, incentivada pelo crescimento dos programas de biocombustível no País, avança sobre outro bioma brasileiro: o cerrado. Estudo feito pela organização não-governamental Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) mostra que, nos próximos anos, deverão ser construídas 47 novas usinas de álcool em Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, em áreas de cerrado. As estimativas são de que, a cada ano, somem 22 mil quilômetros quadrados de cobertura vegetal de cerrado - boa parte para a agricultura e, nos últimos tempos, especialmente para a cana-de-açúcar.

A cana hoje já ocupa áreas que foram consideradas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) prioritárias para preservação e uso sustentável. Em 2006, durante oficina com técnicos do ministério e ambientalistas, o governo federal fez um mapa de regiões prioritárias. Dentre as definidas, estão áreas em Goiás, nos municípios de Goianésia e Barro Alto, que hoje já têm 40% (2,5 mil quilômetros quadrados) comprometidas com as plantações.

Em Mato Grosso, nos municípios de Aquino, Jaciara e Juscimeira, as lavouras já ocuparam parte do que deveria ser um corredor de biodiversidade nas nascentes do Rio São Lourenço. Em Minas Gerais, a cana-de-açúcar está instalada dentro de áreas apontadas pelo MMA como de prioridade “muito alta” e “extremamente alta” para a conservação, nos municípios de Lagoa da Prata, Luz, Arcos, Iguatama e Japaraíba.

Mais do que um avanço irregular, as plantações de cana no cerrado revelam uma dificuldade do governo de implantar um sistema de proteção em áreas que ele mesmo definiu como prioridade. Além da definição do mapa, até agora nada foi feito para dificultar ou proibir a plantação nessas regiões. Se mantiverem 20% de reserva legal nas propriedades, o exigido por lei para o cerrado, fazendeiros estão dentro da lei.

“O que a gente vê claramente é que há um aumento médio de 20% na área plantada por ano no cerrado. Há substituição de culturas e ampliação de áreas”, afirma Nilo D’Ávila, assessor de políticas públicas do ISPN. A substituição de culturas - a troca de soja ou de áreas de pastagem pela plantação de cana-de-açúcar - não significa um problema menor. Essa soja e esse gado, lembra D’Ávila, estão sendo empurrados para outras áreas, inclusive as que o governo garante que não vão ser afetadas pelos biocombustíveis.

O cerrado, que abrange 2 milhões de quilômetros quadrados, faz conexão com a mata atlântica, a Amazônia e as áreas do Pantanal. Sua área inclui os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais, sul do Maranhão, oeste da Bahia e norte de São Paulo.

Tem, ainda enclaves em Roraima, Amapá e extremo Norte do Pará. É considerada pelos biólogos a área de savana mais rica do mundo e guarda uma diversidade de flora e fauna quase tão grande quanto a Amazônia.

Apesar disso, a região não tem sistema de monitoramento como o da floresta amazônica, a ponto de só haver estimativas sobre o desmatamento na área. Projeções apontam para uma perda de 1,1% da cobertura por ano, o equivalente a 22 mil quilômetros quadrados. “O governo peca porque não há um sistema de monitoramento”, afirma D’Ávila. “Nós não queremos dizer que não pode haver cana no cerrado, mas é preciso haver controle, um direcionamento para áreas já degradadas”.

O Ministério do Meio Ambiente reconhece os problemas a serem enfrentados no cerrado. De acordo com Mário Cardoso, gerente de Biocombustíveis e Agronegócio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável do MMA, o zoneamento ambiental da cana-de-açúcar, que está sendo preparado em conjunto com o Ministério da Agricultura, é que dará os instrumentos para dificultar o avanço em determinadas áreas.

“Mais do que para a Amazônia, o zoneamento é prioritário para o cerrado, um local onde se tem muito mais dificuldade de controlar e onde o desmatamento é muito mais fácil de ser feito”, diz Cardoso. Segundo o gerente do MMA, será difícil reverter a plantação em áreas já estabelecidas se a plantação estiver em situação legal. “Mas o governo pode desestimular providenciando melhores condições para os agricultores que se instalam em regiões permitidas pelo zoneamento”, afirma.

Usineiros terão R\$ 19,7 bi do BNDES - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/12/2007

Grandes projetos, focados em exportação de etanol, estão no Triângulo Mineiro, em Goiás e em Mato Grosso do Sul

A carteira total do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor de açúcar e álcool tem pedidos de financiamento que somam R\$ 19,751 bilhões. Desse valor, R\$ 10,645 bilhões foram aprovados e R\$ 9,106 bilhões são projetos em análise. A instituição estima que os desembolsos ocorram em até três anos.

Só o Departamento de Biocombustíveis (Debio) do banco, criado em agosto, está com 77 projetos, no valor de financiamento de R\$ 12,086 bilhões, correspondente a um investimento estimado em R\$ 17,3 bilhões.

Desses, 12 projetos que estão em perspectiva se destacam por serem de grande porte, com investimento superior a R\$ 300 milhões cada. Eles somam R\$ 3,738 bilhões só de financiamento pedido ao BNDES, sem incluir outras fontes de recursos.

“São de empresas que já nascem focadas em etanol e em mercado externo”, disse o chefe do Debio, Carlos Eduardo Cavalcanti. Elas estariam se estruturando para exportar principalmente para a Europa e a Ásia. Os novos grandes projetos estão localizados no Triângulo Mineiro, no sul de Goiás e em Mato Grosso do Sul.

O BNDES estima que os projetos de co-geração das usinas de açúcar e álcool na instituição possam produzir 1,4 mil megawatts (MW), cerca de metade da capacidade prevista para a usina de Santo Antônio, a ser construída no Rio Madeira.

O banco está estimulando esse tipo de produção de energia, que hoje responde por entre 5% e 10% das receitas das usinas, segundo Cavalcanti. “A co-geração hoje é um terceiro produto, mas a tendência é que cresça e passe a ser o segundo do setor em importância”, afirmou ele.

Hoje a maior parte dos projetos de co-geração no BNDES trabalham com o preço de referência de venda de energia de R\$ 150 por MW/hora, mas os projetos que estão entrando agora estão mirando o mercado a partir de 2010 e 2011.

A moagem de cana deve crescer 100 milhões de toneladas até 2010, 26% superior à da safra 2005/2006, de 382 milhões de toneladas. A carteira total do BNDES inclui, além do Debio, operações automáticas, de mercado de capitais e de infra-estrutura.

Somando tudo, a produção de açúcar e álcool responde por R\$ 15,380 bilhões, sendo outros R\$ 2,339 bilhões para co-geração de energia elétrica, mais R\$ 1,889 bilhão para cultivo de cana e R\$ 143 milhões para pesquisa e desenvolvimento.

O banco está apoiando a internacionalização das empresas do setor e está disposto a financiar “a exportação de usinas inteiras” para a produção de etanol na África e em outros países, informou Cavalcanti. No entanto, ainda não há um caso concreto desse tipo.

ALTA INTERROMPIDA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007

Após forte pressão nas usinas há um mês, o álcool está estável. Os dados de ontem do Cepea, que acompanha os preços semanalmente, indicaram altas de 0,32% para o anidro e de 0,57% para o hidratado. Nas bombas, o aumento foi de 4,71% na semana, em São Paulo, segundo pesquisa da **Folha**.

MAIS COM MENOS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007

O Instituto Agronômico de Campinas coloca no mercado quatro novas variedades de cana-de-açúcar. As novas cultivares superam em 17% a produtividade de materiais comerciais e geram cerca de 120 toneladas de cana por hectare.

JOGO DE FORÇAS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007

A história do álcool e as forças que sempre se moveram a favor ou contra o produto estão detalhadas no livro "A Saga do Álcool", de J. Natale Netto. O caminho do álcool, da substituição do querosene para iluminação pública à utilização nos motores de carros, sempre foi tortuoso.

INIMIGOS – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007

O percurso teria sido outro, se o álcool não tivesse tido tantos inimigos em determinados momentos. O autor destaca o setor de petróleo, que sempre via uma ameaça no produto; a Anfavea, que via um empecilho à globalização; governos e até produtores de cana que, em alguns momentos, buscaram lucro maior no açúcar.

HISTÓRIA COMPLETA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/12/2007

O livro, publicado pela editora Novo Século, traz uma história completa do álcool no país. Quase completa. Começa no início do século passado e termina no agonizante Proálcool, no governo FHC. A ressurreição, com os carros flex, ficou para uma reedição.

Zoneamento – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 04/12/2007

A partir de junho de 2008, o Brasil terá zoneamento da cana-de-açúcar, segundo Stephanes. Um conjunto de mapas vai indicar as principais áreas agroclimáticas especiais para o produto; outro, onde não se poderá plantar; e um terceiro, onde o governo recomenda o plantio -nas áreas degradadas recuperadas, por exemplo.

Ainda Não Preocupa – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 04/12/2007

O novo boom de investimentos hoje é na bioenergia, inclusive com aumento de participação externa. Por ora, o ministro não vê a repetição, nesse setor, do que ocorreu com o de grãos. "Mas estamos de olho, inclusive em quem compra terras. Até agora, tudo normal."

ESTOQUE DE PASSAGEM - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007

Os estoques de passagem do álcool nesta entressafra -dezembro a abril- são de 6,5 bilhões de litros. O volume é suficiente com sobras, na avaliação de Antonio de Pádua Rodrigues, da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). Mas o consumo não pode repetir os recordes de outubro e de novembro -de 1,5 bilhão de litros por mês.

DEPENDE DOS PREÇOS - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007

Essa redução no consumo de álcool deverá ocorrer pela elevação dos preços, como acontece todos os anos. O produto perde poder competitivo com a gasolina em várias regiões do país. Para adequar oferta e consumo, o consumo médio mensal até abril deve ficar próximo de 1,3 bilhão de litros.

SAFRA ALCOOLEIRA - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007

Com a entrada de 17 novas usinas em operação em 2007, a safra deste ano foi voltada para o álcool. As estimativas iniciais indicavam que 52,6% da cana seria destinada à produção de álcool. O setor termina a safra consumindo 55,3%. No próximo ano entram em operação outras 30 usinas.

CONSUMO INTERNO - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007

A produção de açúcar se manteve estável nesta safra, mas a de álcool subiu 3,8 bilhões de litros no centro-sul, subindo a 19,8 bilhões de litros. Desse volume, apenas 14% foram para o mercado externo, bem abaixo dos 21% do ano passado.

EMPREGO - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/12/2007

A remodelação da colheita de cana no Brasil, eliminando o corte manual, deverá cortar 190 mil empregos no campo até 2017. Mas Marcos Jank, presidente da Unica, diz que outros 70 mil serão criados: 50 mil na área agrícola e outros 20 mil no setor industrial.

Cortador de cana pára pelo 13º salário – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/12/2007

Oitocentos cortadores de cana da usina Alvorada do Oeste, de Santo Anastácio, interior de São Paulo, estão em greve pelo pagamento do 13º salário. Pela legislação trabalhista, a primeira parcela deve ser paga até 30 de novembro e a segunda, até 20 de dezembro. A greve completa quatro dias hoje, e está marcada uma mesa-redonda entre representantes das usinas e sindicalistas. Além do 13º salário, os grevistas também reivindicam a troca dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), danificados pelo longo tempo de uso.

IBGE prevê safra recorde de novo em 2008. - Cássia Almeida – O Globo – Economia – 11/12/2007

Cana-de-açúcar avança Em 2007, colheita de grãos alcançou 133 milhões de toneladas no país

A produção de grãos brasileira alcançou recorde histórico em 2007. Foram 133,2 milhões de toneladas de grãos, 13,8% maior que em 2006 e superior à safra de 2003 (123,6 milhões), até então a maior já registrada.

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado ontem pelo IBGE, o Brasil terá no ano que vem outra safra recorde: a projeção para 2008 é de 137,3 milhões, superando o volume deste ano em 3,1%. Já a expansão na colheita de cana-de-açúcar vai ser superior à de grãos, impulsionada pela valorização do etanol. A estimativa do IBGE é de alta de 9,3%.

— Os preços estão muito favoráveis, principalmente dos quatro mais importantes produtos, soja, milho, arroz e algodão. As cotações quase dobraram, levando ao aumento da projeção de safra — explicou Neuton Alves Rocha, gerente do levantamento.

A pesquisa também constatou que a área plantada de grãos voltou a crescer, o que não acontecia desde 2005.

A projeção é de alta de 2,9% frente a 2007, alcançando 46,9 milhões de hectares: — O crescimento está concentrado na região CentroOeste. É uma expansão significativa, a maior desde 2004, quando a área plantada cresceu 9% — disse Rocha.

A incógnita ainda é o clima, que afetou a safra de feijão este ano. Por isso, a área plantada de feijão cresceu, com o aumento das cotações.

— Mas as chuvas no Oeste da Bahia estão irregulares e o plantio está atrasado pela falta de chuvas.

Agrocombustível não é solução para combate ao aquecimento global – Juliano Domingues – Sitio Eletrônico do MST – 12/12/2008

*Juliano Domingues,
da [Radioagencia NP](#)*

Um total de mil integrantes de governos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e do setor industrial de 105 países afirmam que a energia solar é a tecnologia com maior índice de confiança. A informação faz parte de uma pesquisa divulgada nesta terça-feira, dia 11, pela organização internacional União Mundial pela Conservação.

O estudo levanta dúvidas sobre o uso dos biocombustíveis como forma de combater o aquecimento global. Em um total de 18 opções apresentadas pela pesquisa para reduzir os níveis de carbono nos próximos 25 anos, a menor taxa de confiança foi dada à produção atual de biocombustíveis a partir dos cultivos da cana-de-açúcar, milho ou soja. As soluções com maior índice de aprovação são as energias solar e a eólica.

Quase 50% dos especialistas acreditam que o aquecimento global só pode ser controlado com a redução da demanda por energia e do aumento da eficiência energética, fato que exige uma mudança no atual modelo consumista da população mundial.

As discussões sobre alternativas para a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa ocorrem também em Bali, Indonésia, local onde até dia 14 é realizada a 13ª Conferência das Partes sobre o Clima.

Agricultura sustentável como forma de luta contra a mudança climática – Sitio Eletrônico do MST – 13/12/2007

Os membros da Via Campesina do Japão, Tailândia, Sri Lanka, Índia, Camboja, Noruega, Canadá, Moçambique e Brasil visitaram a vila de Jatiluwih, em Bali, para ver o cultivo de arroz em terraços [arroz cultivado em platôs] e analisar as formas de praticar a agricultura camponesa com os camponeses locais.

O objetivo da reunião é intercambiar experiências entre os camponeses, aproveitando a presença de agricultores de 200 países na Indonésia que estão participando das atividades paralelas da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 13).

A Via Campesina participou de uma marcha no sábado, dia 8, na região de Kuta, em Bali, para exigir justiça climática e medidas responsáveis por parte dos governos dos países industrializados para encontrar soluções para a mudança climática. Durante a marcha Celso Rivero, membro da Via Campesina e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná, enfatizou a participação da Via Campesina durante as atividades paralelas da COP 13 em Bali.

Segundo ele, sua presença nas atividades “é parte do programa mundial de discussões e sugestões a governos de alternativas climáticas para que eles possam não somente aprovarem não somente o que lhes interessa, mas também o que interessa ao

povo.” Além disso, “nosso escritório geral é lá, o que nos dá força. A Via Campesina acredita que a discussão sobre o sistema climático é parte da agenda”.

“Os agrocombustíveis são a ilusão dos povos”

Foi assim que Rivero definiu os agrocombustíveis, quando explicou que os agrocombustíveis vão afetar mais o sistema climático e os camponeses, principalmente porque o seu desenvolvimento implica a plantação de grandes monoculturas. O camponês disse que nesse país as monoculturas de cana-de-açúcar estão danificando o meio ambiente e os agricultores.

Segundo ele, é necessário discutir a produção de agrocombustíveis porque é uma ameaça ao mundo, já que a produção iria trazer mais fome no mundo. “Os camponeses irão parar de produzir comida para produzir agrocombustíveis, isso é parte das preocupações da Via Campesina”, ele disse.

Numa declaração, ele disse que é uma loucura produzir comida para alimentar carros enquanto os seres humanos estão morrendo de fome. “A produção de agrocombustíveis irá aumentar o aquecimento global, e não reduzi-lo, irá aumentar a monocultura intensiva de palma africana, soja, cana-de-açúcar e irá contribuir para o desmatamento e a destruição da biodiversidade”.

Por isso a Via Campesina exige que se destruam as campanhas para a produção de agrocombustível, porque está “tirando a terra dos pequenos agricultores para produção de comida industrializada de má qualidade – *junk food* e causando um desastre ambiental”.

Agricultura Sustentável é a Alternativa

A Via Campesina acredita que a agricultura sustentável e de pequeno porte contribui para o resfriamento do planeta. Rivero que para “resfriar” o planeta temos que proteger o meio ambiente. “Quando dizemos que podemos contribuir para o resfriamento do planeta isso será o resultado do cuidado dos camponeses com a terra e o meio ambiente”, explicou.

A produção em pequena escala, sem a necessidade de maquinários industriais de grande porte, que consome muita energia e libera os gases do efeito estufa; a agricultura orgânica, não usa agrotóxicos feitos de combustíveis fósseis; e tem a possibilidade de produzir energia solar, essas são algumas das características da agricultura sustentável que levaram a Via Campesina a dizer que os pequenos agricultores contribuem para resfriar o planeta.

Por isso o movimento internacional de trabalhadores rurais exige que se substitua a agricultura industrializada pela agricultura sustentável de pequeno, que são apoiadas por programas reais de Reforma Agrária.

Elas também exigem a promoção de “política sustentável de energia” como a declaração política do movimento lançada em Bali estabelece. “Isso inclui que os camponeses irão consumir menos energia e irão produzir energia solar e o biogás, ao invés da promoção em larga escala dos agro-combustíveis”.

A Via Campesina exige que governos façam políticas de comércio agrícola que promovam o consumo de alimentos locais, respeitando a determinação dos povos sobre seus sistemas de produção, consumo e comercialização de alimentos, no intuito de garantir a soberania alimentar dos povos. “Nós exigimos soberania alimentar e nos comprometemos a lutar juntos para obtê-la”, diz o documento.

Continuidade da Luta dos Movimentos Sociais Contra a Mudança Climática

Rivero disse que os representantes camponeses que participam das atividades paralelas da COP 13 em Bali tem a responsabilidade de dar continuidade a esse trabalho em

seus próprios países, para que agricultores de várias partes do mundo saibam o que aconteceu aqui e se organizem na luta contra mudança climática.

O líder do MST disse que cada agricultor que foi a Bali pode “organizar seminários em seu próprio país para discutir com os camponeses e a sociedade civil sobre o meio ambiente, e também convidar essas organizações a se juntarem a nós”.

Finalmente Rivero falou sobre o assassinato de Valmir Mota em outubro. Ele era um trabalhador rural militante do MST e da Via campesina que segundo os agricultores foi assassinado por milícias armadas pagas pela empresa de biotecnologia suíça Syngenta. Valmir Mota levou um tiro durante uma ação da milícia contra o campo da Via Campesina no terreno da Syngenta no estado do Paraná, Brasil.

“Nós sabemos que lutar contra uma corporação transnacional é ir de encontro a um gigante, um dragão, porque tem muitos aliados políticos, dinheiro e meios”, disse Rivero, que destacou também que o esforço dos camponeses contra as corporações transnacionais continuará no Brasil.

Segundo ele, “a Via Campesina e o MST não querem saber quem matou Valmir Mota, queremos saber, queremos que se saiba, quem mandou matá-lo, não quem o matou, mas quem disse “mate” Valmir Mota, execute Valmir Mota e outros líderes do Movimento”, que conseguiram salvar a vida durante o ataque.

Rivero disse que outros quatro camponeses ficaram feridos pela milícia da Syngenta e, portanto, a tragédia poderia ter sido muito pior. “Mais de 500 balas foram atiradas contra nós naquele dia, a Via Campesina, isso significa que agora eles estão mandando as pessoas para matar trabalhadores”, concluiu o líder do MST.

Para ministro, Amazônia tem que ficar 'como está' - Patrick Cruz – Valor Econômico - Agronegócios - 04/12/2007

O zoneamento ecológico da cana-de-açúcar deveria manter sem alterações áreas que atualmente já são ocupadas pela cultura, segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. “Essa não é uma opinião de governo porque há uma instância encarregada desse trabalho. Mas, na minha opinião pessoal, tem que se manter como está”, disse.

O trabalho de zoneamento, que identificará áreas onde o plantio não afeta o meio ambiente, está sendo preparado em conjunto pelos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Embrapa. A previsão é que o trabalho será concluído em julho de 2008.

Um dos argumentos do ministro é o fato de a produção de cana-de-açúcar ocupar pouco mais de 6 milhões de hectares. “O Brasil é um país de mais de 800 milhões de hectares. Essa fatia [da cana] representa 0,7% do território nacional”. Há alguma confusão, segundo o ministro, principalmente no exterior, quando se fala de Amazônia e Amazônia Legal, região que inclui áreas não ocupadas pela floresta amazônica dos estados de Mato Grosso e Maranhão. “Às vezes uma plantação está no Mato Grosso, mas em área fora da floresta”, afirmou.

Stephanes relatou a preocupação de pesquisadores europeus em recente viagem que fez à Holanda de que o agronegócio, em especial a cana e a soja, poderia ocupar áreas de floresta. O argumento do ministro foi o mesmo. “É um país de mais de 800 milhões de hectares, mas a agricultura utiliza apenas uma pequena parte disso. Quando eles ouviram isso, acabou a discussão”.

Os Estados do Pará, Amazonas e Tocantins, no Norte do país, têm participação marginal na produção de etanol, mas a área a ser ocupada pela cana deverá subir na próxima safra, segundo a última pesquisa do Conab sobre o setor. Dos 19,8 mil hectares da safra 2006/07, a cultura deverá ocupar 21,5 mil hectares em 2007/08 nesses Estados, um avanço de 8,5%. No Brasil todo, o crescimento deverá ser de 13%, para 6,9 milhões de hectares.

Para o ministro, o potencial maior para a cana está nas regiões atualmente ocupadas por pastagens. "A produtividade da pecuária é de menos de uma cabeça de gado por hectare. Se crescer a produtividade, a área de pastagem pode ser utilizada pela agricultura", disse ele.

Álcool pode recuar apesar do período de entressafra – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 10/12/2007

Depois de cinco anos de aumentos expressivos durante a entressafra, os preços do álcool combustível podem ceder no início do ano. Analistas ouvidos pelo Valor afirmam que a tendência para as cotações do combustível ainda é incerta. A única certeza é que não haverá forte alta no período.

"Dependendo dos estoques nas mãos das usinas, os preços podem até cair", diz Marcelo Andrade, diretor-sócio da Ecoflex Trading, do Rio de Janeiro. Segundo ele, as próximas duas semanas de dezembro deverão ser pontuadas por compras das distribuidoras. Mas isso não significa que as usinas poderão fazer reajustes para cima. "Muitas unidades têm de reforçar o caixa para honrar compromissos com os trabalhadores no final do período de colheita", afirma ele.

Na semana passada, o preço do álcool anidro fechou a R\$ 0,85547 (sem impostos) em São Paulo, 0,89% mais que na semana anterior. O litro do hidratado foi a R\$ 0,75648 (sem impostos), elevação de 0,3%. A expectativa é de estabilidade, seguindo o movimento das últimas semanas, após a forte alta ocorrida no início de novembro.

Segundo Júlio Maria Martins Borges, presidente da Job Economia e Planejamento, a tendência para os preços do álcool vai depender da reação do mercado a partir de janeiro. "O mercado já absorveu a antecipação da colheita. Isso não é mais levado em consideração. Tudo vai depender dos estoques das usinas." (MS)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Biodiesel

Europeus questionam subsídios dos EUA – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/12/2007

As companhias européias de biodiesel decidiram abrir uma queixa à Comissão Européia, órgão executivo da União Européia (UE), contra os subsídios dos Estados Unidos às exportações do produto. A informação é do secretário-geral da Bolsa Européia para o Biodiesel, Raffaello Garofalo. O apoio americano permite ainda a compra de biodiesel de países fora da Europa a um preço mais baixo, que depois recebem novo subsídio do governo americano para exportar o produto aos europeus.

Etanol

Amorim critica exclusão do álcool de lista – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007

DO ENVIADO ESPECIAL A BALI - O chanceler Celso Amorim qualificou ontem, em Bali (Indonésia), como "aberrante" a exclusão do álcool da lista de produtos ambientais para os quais os EUA e a UE propõem isenções tarifárias no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio). Para o Brasil, a proposta de abertura de mercado a 43 produtos trata-se de protecionismo disfarçado, uma vez que eles são todos produzidos sobretudo pelos autores da proposta.

McCain quer tirar subsídio do álcool – Sérgio Dávila - Folha de São Paulo – Mundo – 13/12/2007

Candidato republicano defende ainda fim do imposto sobre a importação do produto vindo do Brasil - Último debate do partido governista antes do início das primárias nos EUA foi marcado por propostas contra imigração ilegal

SÉRGIO DÁVILA

ENVIADO ESPECIAL A DES MOINES (IOWA) - Eleito presidente dos EUA, John McCain acabará com o subsídio que os produtores de milho do país recebem para produzir álcool. E implantará modelo parecido com o do governo brasileiro para que os EUA atinjam independência energética. A primeira afirmação foi feita pelo senador em debate ontem em Iowa; a segunda foi feita à Folha, depois, por seu estrategista político.

"Subsídios são erros, distorcem mercados e destroem nossa habilidade de competir no mundo", disse o senador por Arizona. A afirmação ganha mais peso por ter sido feita em Iowa, o principal produtor de milho dos EUA, cuja economia depende muito dos subsídios. "O senador sabe que sua posição não é popular por aqui, mas é o que ele pensa", disse depois à Folha o cientista político Charlie Black, um dos coordenadores da campanha de McCain. "Ele defende ainda o fim do imposto de importação para o álcool brasileiro e vê com muito entusiasmo o modelo do Brasil para a independência energética."

O assunto apareceu porque a mediadora esperava mudar o foco da imigração e da segurança nacional para questões como economia e educação no último debate entre os pré-candidatos republicanos à Presidência antes do caucus de Iowa, em 3 de janeiro, início do ciclo eleitoral em que os partidos definirão seus candidatos.

Mas o medo venceu a esperança. Assuntos como os riscos da imigração ilegal e os perigos de um "fascismo islâmico", que vêm dominando a disputa entre os republicanos, deram o tom. "Não vamos falar muito de questões como o Iraque ou a imigração", avisou

no começo a jornalista Carolyn Washburn, do "Des Moines Register", jornal que promovia o debate. Mas bastou que ela pedisse para que os candidatos dissessem o que fariam em seu primeiro ano de governo para que eles voltassem ao tema.

"Em seis meses, levantarei o muro na fronteira com o México", disse o senador Tom Tancredo, um dos mais radicais militantes antiimigração.

"Tornarei o país mais seguro contra o terrorismo islâmico e acabarei com a imigração ilegal", disse Rudolph Giuliani, o primeiro colocado.

A obsessão se explica. O Estado de Iowa sozinho tem pouco peso em votos, mas uma vitória aqui é simbolicamente importante. A questão da imigração ilegal tem sido apontada como a mais importante para republicanos em geral e para os de Iowa em particular.

Em pesquisa desta semana publicada pelo jornal "The Los Angeles Times" e pela Bloomberg, 39% dos eleitores do partido colocam o assunto como "o mais importante", seguidos por 49% que o julgam "um dos mais importantes".

Num dos últimos debates, Giuliani e o ex-governador de Massachusetts Mitt Romney discutiram. O segundo acusou o primeiro de empregar ilegais para arrumar seu jardim, e o ex-governador respondeu que o ex-prefeito havia feito de Nova York um "refúgio de ilegais".

O encontro de ontem na sede da IPTV, a TV pública de Iowa, foi também o primeiro em que Mike Huckabee apareceu na condição de favorito. Segundo pesquisas recentes, o ex-governador de Arkansas lidera a corrida local, à frente de Romney e de Giuliani -o ex-prefeito continua à frente nas nacionais.

PNUMA SE DIZ PREOCUPADO COM BIOCOMBUSTÍVEIS – Folha de São Paulo – Ciência – 13/12/2007

Depois de elogiar a redução do desmatamento como "a maior reviravolta na história do manejo de terras", o diretor-executivo do Pnuma, Achim Steiner, manifestou preocupação com o avanço dos biocombustíveis sobre florestas.

Nova lei que impõe meta de substituição de energia renovável é aprovada no Senado norte-americano

O consumo de combustível em forma de energia renovável será de 136 bilhões de litros nos Estados Unidos por ano a partir de 2022. É o que determina a nova lei Energy Bill, uma meta de substituição de energia renovável do governo norte-americano, aprovada na quarta-feira à noite pelo Senado.

Na próxima semana, haverá votação na Câmara dos Representantes (deputados). Em seguida, a lei vai para sanção do presidente George W. Bush, o que é dado como certo, afirmou Daniele Siqueira, analista da Agência Rural nos EUA.

Uma das novidades do programa é que o Senado impõe uma limitação para o consumo de milho. Dos 136 bilhões de litros, apenas 56,8 bilhões poderão vir do grão. O resto virá de outras fontes renováveis, entre elas a celulose. A capacidade atual de produção é de 27,5 bilhões de litros. Para a produção de 56,8 bilhões de litros, em 2022, os EUA vão consumir 136 milhões de toneladas de milho por ano. Na atual temporada de 2007/ 08, o consumo é de 81 milhões de toneladas, de acordo com informações do Departamento e Agricultura.

"Essa meta de 136 milhões de toneladas é bastante realista, já que destinar mais milho do que isso para a produção de álcool seria inviável, em razão de não haver espaço para um aumento de área plantada equivalente", diz Siqueira.

Tomando como base as usinas em construção, a capacidade de produção de álcool dos Estado Unidos atingirá o teto de 56,8 bilhões de litros já no final de 2009. Mas, embora a situação das usinas tenha melhorado de setembro para cá -o preço do álcool saiu de US\$ 1,50 por galão (3,785 litros) no final de setembro para os atuais US\$ 2 atuais-, o setor ainda tem vários desafios pela frente, como melhorar a infra-estrutura de distribuição e driblar os altos preços do milho, que devem continuar firmes em 2008, afirma Siqueira.

O novo programa atende aos produtores norte-americanos, que já vinham há algum tempo pedindo ao governo uma ampliação da meta, que era de 28,4 bilhões de litros em 2012.

'Economist' critica etanol americano por inflação de alimentos no mundo – O Globo – Economia – 08/12/2007

Revista defende álcool brasileiro e diz que EUA produzem combustível 'sujo'

LONDRES. A revista britânica “Economist” traz na sua última edição um editorial em que faz duras críticas à política de subsídios ao etanol à base de milho, apontado pela publicação como um dos principais responsáveis pela alta de preço dos alimentos no mundo. Desde 2005, os alimentos registram alta de 75% em termos reais, segundo a revista. O etanol de milho é produzido principalmente nos Estados Unidos.

A revista também defende o etanol brasileiro, ao afirmar que a política de subsídios americana se apóia em “uma versão relativamente suja do etanol”. Para a publicação, seria melhor “importar o etanol brasileiro, feito à base de canadeaçúcar”, que tem menos impacto sobre a inflação.

Segundo a “Economist”, há mais de 200 subsídios diferentes ao álcool americano. Isso estaria provocando uma reação de outros países, como Rússia e Venezuela, no sentido de controlar preços, visando a ajudar os consumidores e inibir os auxílios concedidos pelas autoridades americanas. O governo dos EUA também impõe uma tarifa de importação de US\$ 0,54 por galão de etanol, o que limita a entrada do produto brasileiro, lembra a publicação.

Um terço do milho dos EUA vai para álcool em 2007 O editorial alerta que neste ano, “os biocombustíveis vão tomar o nível recorde de um terço da colheita de milho nos EUA”. E ironiza: “Encha o tanque de um utilitário esportivo com etanol e você terá gasto milho suficiente para alimentar uma pessoa por um ano inteiro”.

De acordo com a “Economist”, as 30 milhões de toneladas de milho extra que serão destinadas à produção de álcool no país este ano representam metade da queda nos estoques globais de grãos.

O resultado, diz a revista, é que os preços sobem, trazendo problemas não apenas de acesso a alimentos pelos países pobres, como também para a natureza.

Cada vez mais o preço dos grãos tem levado fazendeiros a desmatar florestas para plantar milho, segundo a “Economist”. Além disso, os auxílios ao etanol americano têm sido mais vantajosos em relação a subsídios de cereais, por exemplo, encorajando produtores a mudarem de cultura.

Para a “Economist”, o fim dos subsídios aumentaria a produtividade agrícola e garantiria o suprimento de alimentos.

Incentivo a quem preservar natureza – Martha Beck – Entrevista com Juan José Daboub – O Globo – Economia – 09/12/2007

Número dois do Banco Mundial elogia ação do Brasil no setor, mas critica gasto público e burocracia

ENTREVISTA Juan José Daboub

BRASÍLIA. Apesar das preocupações com a expansão agrícola no Brasil — como o alerta de plantio de cana-de-açúcar, na carona do etanol, na Região Amazônica — e de o país ter desempenho longe do ideal em termos de desmatamento, Juan José Daboub, responsável pela relação do Banco Mundial (Bird) com 74 países em desenvolvimento, é só elogios à política ambiental nacional. Diretor-gerente e segundo na hierarquia da instituição, o economista salvadorenho defende que países com práticas de desenvolvimento preservando o meio ambiente sejam contemplados com incentivos econômicos.

“O Brasil tem boa agricultura, matriz de geração de energia elétrica muito limpa e medidas para supervisionar a conservação das florestas”, diz.

Martha Beck

GLOBO: O Banco Mundial demonstra interesse em estreitar relações com países em desenvolvimento. Esse foi o objetivo de sua visita na semana passada?

JUAN JOSÉ DABOUB: Vim ao Brasil porque ele representa a combinação de esforço importante de desenvolvimento econômico e social com consciência de que isso seja sustentável no tempo, protegendo o meio ambiente. Isso interessa muito ao banco. Podemos aprender muito e levar essas experiências a outros países. O Brasil tem boa agricultura, matriz de geração de energia elétrica muito limpa e medidas para supervisionar a conservação das florestas.

O Brasil defende que os países em desenvolvimento tenham maior voz no Bird. Como isso pode ser feito?

DABOUB: O presidente do banco, Robert Zoellick, deixou claro que é muito importante os países em desenvolvimento terem maior presença nas decisões.

Mas isso transcende a direção do banco, porque precisa ser decidido pelos países-membros. Vemos com bons olhos que haja maior participação, com maior compromisso e responsabilidade.

Existe outra forma de países como o Brasil terem mais espaço no Banco Mundial?

DABOUB: Há muitas experiências no Brasil com biocombustíveis, agricultura e proteção ambiental.

O banco tem interesse em trazer para a mesa os países que queiram aprender com essas experiências. Países asiáticos e africanos podem aprender muito com a forma como o Brasil criou a matriz energética limpa, que deveria ser modelo.

Acreditamos que essas experiências precisam ser compensadas com benefícios econômicos. Defendemos isso na reunião de Bali (13ª Conferência da Convenção de Mudança Climática das Nações Unidas).

O Brasil agora está na categoria de alto índice de desenvolvimento humano, mas tem muitos problemas na saúde e educação. Qual é a visão do banco sobre o país hoje?

DABOUB: Ainda faltam algumas reformas que permitam a manutenção do desenvolvimento de forma sustentável a longo prazo. É preciso evitar cair na armadilha dos países de média renda. Às vezes pensamos que resolvemos determinado problema, mas acabamos vendo que ainda há desafios. É como nadar no mar com uma mochila nas costas. Se você pára, afunda.

O Brasil vai bem na área social em programas como o Bolsa Família, mas tem que prestar atenção à maior eficiência nos gastos públicos e reduzir a burocracia. Esses são obstáculos a investimentos privados, que geram emprego e dão dignidade às pessoas.

Uma de suas atribuições é formular políticas de infra-estrutura para os países-membros do Bird. Como está o Brasil nessa área?

DABOUB: Parece que o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é uma resposta adequada, pois torna chave os investimentos em infra-estrutura.

O fato de o programa propor a participação público-privada é importante, porque é muito difícil um país ter todos os recursos para os investimentos necessários. Outros atores são importantes. O Estado tem papel muito importante em criar as regras do jogo, prover

maior previsibilidade possível. Nesse sentido, a decisão de investir em infra-estrutura com esses critérios de muita consciência de meio ambiente é positiva.

O governo é criticado porque muitos investimentos do PAC não saíram do papel. Como o banco vê isso?

DABOUB: Não conheço tanto da realidade do Brasil para dar uma opinião detalhada. Posso dizer que a burocracia muitas vezes é muito mais lenta do que a visão. Algumas coisas requerem uma legislação e, se isso não acontece ou acontece tarde, provoca algum impedimento.

Qual é posição do Bird em questões polêmicas, como as sobretaxas impostas ao etanol brasileiro, considerando que a instituição representa países ricos e em desenvolvimento?

DABOUB: O banco é um ente que fomenta diálogo entre partes.

Convida-as para a mesa e coloca sobre ela experiências do que já funcionou ou não. Mas somos claros sobre a urgência para que a Rodada Doha (para formatar novas regras comerciais na OMC) chegue a final feliz. Subsídios não devem continuar existindo. Isso é um exemplo de uma posição expressiva.

Nas mudanças climáticas, o banco está convencido da necessidade de reconhecer serviços que países como o Brasil prestam por meio de instrumentos de mercado (caso do etanol).

Mas o país sofre com o avanço da agricultura em áreas de preservação, como no caso do etanol. Isso preocupa o Bird?

DABOUB: Uma área promissora é o uso agrícola de terras já desmatadas e abandonadas.

Com incentivo adequado e fiscalização, essas áreas poderiam absorver a pressão sobre a floresta e gerar renda e empregos.

Um sistema bem planejado de incentivos para valorizar a floresta e seus serviços e uma boa rede de áreas protegidas são parte da solução. O Bird está se engajando na Amazônia para apoiar esses esforços.

Amorim critica exclusão do etanol de lista da OMC – Gilberto Scofield Jr. - O Globo – Economia – 09/12/2007

Biocombustíveis ficam fora da relação feita por

EUA e UE BALI. O Brasil criticou ontem a lista elaborada pelos EUA e União Européia (UE) com 43 itens considerados “produtos ambientais” e que ganharão incentivos tarifários (provavelmente isenção de alíquotas), caso sejam aprovados nas negociações comerciais da Rodada de Doha. O motivo, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, é que a lista contempla produtos que nitidamente beneficiam produtores americanos e europeus e deixam de fora outros provavelmente menos agressivos, como os biocombustíveis, especialmente o etanol.

— Não faz sentido que um produto tão menos agressivo esteja fora de uma lista que inclui contêineres para lixo.

Deixei isto claro e percebi o apoio de vários representantes dos países.

Para chamar a atenção num momento em que mais de 10 mil delegados de 190 países negociam em Bali medidas para reduzir o aquecimento global, o governo da Indonésia promoveu reunião informal de ministros de Comércio de cerca de 40 países. O

objetivo foi analisar, entre outros temas, proposta de redução de barreiras e tarifas para produtos considerados benéficos ao meio ambiente.

O problema, diz Amorim, é que, ainda que a convenção da Organização Mundial do Comércio (OMC) não defina o que é um produto ambiental, UE e EUA deixaram de fora itens agrícolas, como biocombustíveis.

— Isso mostra a diferença entre o discurso pró-meio ambiente na Convenção do Clima e o protecionismo das conversas na OMC. (Gilberto Scofield Jr.)

Etanol ganha força na campanha dos EUA - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Internacional - 10/12/2007

Na última vez em que os adversários da senadora Hillary Clinton examinaram o assunto, eles encontraram 17 ocasiões em que ela votou contra a concessão de incentivos para a produção de etanol nos Estados Unidos. A corrida à Casa Branca fez ela mudar de idéia. "Acho que nem arranhamos a superfície do que podemos transformar em energia", disse Hillary num discurso no mês passado.

A ex-primeira-dama agora tem um plano audacioso para expandir o uso do etanol e de outros combustíveis de origem renovável nos EUA. Seu objetivo é aumentar o consumo para 230 bilhões de litros por ano nas próximas duas décadas. É quase dez vezes o que os americanos consomem hoje e três vezes o volume de álcool que o Brasil espera produzir em 2020.

A idéia une os políticos americanos. Os candidatos que brigam com Hillary pela indicação do Partido Democrata para concorrer às eleições presidenciais do próximo ano pregam a mesma coisa. O líder da corrida no Partido Republicano, o ex-prefeito de Nova York Rudolph Giuliani, também. Ele disse numa entrevista recente que o objetivo dos EUA nesse campo deveria ser "passar na frente" do Brasil.

Com a escalada recente dos preços internacionais do petróleo e seus reflexos nas bombas de gasolina e nos bolsos dos consumidores americanos, os candidatos têm caprichado na apresentação de propostas para livrar os EUA da dependência de petróleo importado. Mas os especialistas duvidam que eles terão condições de cumprir as promessas que andam fazendo.

Os EUA têm atualmente capacidade para produzir 27 bilhões de litros de etanol por ano. Nos próximos dois anos, quando dezenas de novas usinas em construção devem ficar prontas, a capacidade de produção da indústria americana deverá saltar para 51 bilhões de litros anuais, o correspondente a menos de 10% da gasolina consumida no país.

Os americanos usam o milho como matéria-prima para produzir etanol, mas a demanda crescente pelo combustível fez explodir os preços do grão e gerou pressões indesejáveis sobre os preços dos alimentos. A produção de álcool deverá consumir um quinto da safra de milho deste ano e quase um terço no ano que vem, quando as novas usinas entrarem em operação.

"Não há condições de ir muito além disso usando o milho por causa do impacto sobre os preços dos grãos e outros setores da economia", disse ao Valor o economista Wallace Tyner, da Universidade Purdue. Os preços do milho subiram tanto nos últimos tempos que a lucratividade das usinas americanas começou a cair, o que tem inibido a realização de novos investimentos.

Para cumprir as promessas dos candidatos, seria preciso desenvolver tecnologias que ainda não são viáveis comercialmente, como as que permitem produzir o etanol celulósico, que usa capim, madeira e outros resíduos vegetais como matéria-prima. Todos os candidatos do Partido Democrata prometem arrecadar bilhões de dólares para fazer isso cobrando novos impostos da indústria do petróleo e eliminando subsídios que ela recebe.

Mas há dúvidas sobre a viabilidade das novas tecnologias. "Não se sabe muito bem como cultivar e processar esses resíduos em larga escala e o impacto que isso teria sobre outras culturas e o uso da terra é desconhecido", disse ao Valor Douglas Koplow, presidente da Earth Track, uma consultoria que monitora os subsídios recebidos pela indústria do etanol nos EUA.

O Congresso americano está prestes a dar um empurrão para a indústria. Um projeto aprovado pela Câmara dos Representantes na semana passada obriga as refinarias americanas a aumentar gradualmente o consumo de combustíveis de origem renovável até atingir 136 bilhões de litros em 2022. O projeto, que ainda precisa ser examinado pelo Senado, determina que dois terços da meta sejam alcançados com combustíveis feitos sem milho, como o etanol celulósico.

Muitos economistas acreditam que uma solução mais simples seria eliminar a tarifa de importação que protege a indústria dos EUA contra a concorrência estrangeira. Isso permitiria que produtores mais competitivos como o Brasil, onde o álcool é feito de cana-de-açúcar, suprissem uma parcela maior da demanda dos EUA, complementando a produção doméstica.

Mas o assunto é tabu entre os políticos. O senador republicano John McCain é o único candidato a presidente que aprova o fim da barreira comercial. Os outros pensam como Barack Obama, principal rival de Hillary entre os democratas. "Levantar a tarifa iria simplesmente substituir nossa dependência de petróleo estrangeiro por uma dependência de etanol estrangeiro", afirmou Obama em junho, num discurso no plenário do Senado.

Apoiar a indústria doméstica é a prioridade dos candidatos. Obama defende a concessão de subsídios especiais para usinas de etanol que tenham investidores locais como sócios. Em Estados como Iowa, maior produtor de etanol do país, milhares de fazendeiros e trabalhadores investiram em usinas nos últimos anos. Em janeiro, quando terá início o processo de seleção dos candidatos dos partidos, Iowa será o primeiro Estado a votar.

Apoiar o etanol também começou a gerar benefícios para os cofres dos candidatos, numa campanha que já é a mais cara da história americana. Um levantamento feito pelo Valor nas prestações de contas dos candidatos indica que a indústria distribuiu até agora US\$ 590 mil em doações, somadas as contribuições feitas por usinas de etanol e investidores com participação no setor. O grosso do dinheiro foi para congressistas do Partido Democrata que vão tentar se reeleger no ano que vem.

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

Biodiesel: produção conta com 100 mil agricultores familiares – Sítio Eletrônico da Contag - 28/12/2007

A partir do dia 1º de janeiro, o diesel comercializado nos postos de combustíveis passa a conter obrigatoriamente 2% de biodiesel, mistura chamada B2, combustível renovável e que não polui o meio ambiente. Além disso, o biodiesel traz vantagens econômicas, pois sua produção e o cultivo de matérias-primas têm criado novas oportunidades de geração de renda na indústria e no campo, especialmente para a agricultura familiar.

"É o combustível que se planta", resume o coordenador do Programa de Biodiesel pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Arnaldo de Campos.

Hoje, cerca de 100 mil agricultores familiares estão inseridos no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), produzindo matérias-primas como a mamona, dendê, girassol, soja e amendoim. Isso, graças a uma série de ações do MDA para promover a inserção destes agricultores nesta cadeia produtiva. Segundo Campos, estima-se que a renda familiar com produção de mamona no Nordeste, grande parte no Semi-Árido, está entre R\$ 1.320 e R\$ 7.140 por ano, em áreas de plantio de dois a sete hectares.

Segundo o coordenador, uma das principais inovações do PNPB foi a criação do mercado obrigatório para o biodiesel no Brasil. "Podemos chamar de um verdadeiro mercado criado a partir do interesse social, tendo como consequência um processo de estruturação das cadeias de produção e abastecimento do mercado de biodiesel, criando a oportunidade da inclusão social", avalia.

Biodiesel e produção de alimentos Campos aponta as fortes ligações entre a produção de biodiesel e a produção de alimentos e a relação destas com a boa utilização das terras disponíveis.

Para ele, as matérias-primas utilizadas na fabricação de biodiesel têm forte ligação com o suprimento das cadeias agroalimentares. Oleaginosas como a soja, algodão, girassol, canola, amendoim e sebo são exemplos de ligação entre esses dois setores. Mais de 50% da produção em todas elas é constituída de tortas alimentares, utilizadas tanto na alimentação humana, como animal. "Mesmo outras oleaginosas como a mamona, a palma e o pinhão-manso, também podem gerar co-produtos utilizados na produção de alimentos, por meio da transformação em adubo orgânico, além de poderem ser cultivadas em áreas pouco utilizadas pelas culturas alimentares", explica.

Selo Uma importante contribuição para a inclusão dos agricultores familiares na produção da matéria-prima foi a criação do Selo Combustível Social. Atualmente, 27

indústrias possuem o Selo Combustível Social que, juntas, totalizam uma capacidade de produção de 2 bilhões de litros ao ano.

O Selo é um componente de identificação, concedido pelo MDA aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf. "Essas regras permitem a construção de parcerias econômicas e compromissos de responsabilidade social entre setor privado (indústrias), agricultores familiares e suas organizações. Mostra que as grandes empresas estão acreditando, apostando e reconhecendo a importante contribuição da agricultura familiar em um setor tão estratégico para o País, como o setor energético", diz Campos.

Por meio do Selo, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso às melhores condições de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas Instituições Financeiras Credenciadas, ao Banco da Amazônia (BASA), ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao Banco do Brasil (BB) ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com Selo. O Selo Combustível Social somente é concedido aos produtores de biodiesel que compram matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de: 50% no Nordeste e Semi-Árido; 10% nas regiões Norte e Centro Oeste e, 30% nas regiões Sudeste e Sul. As indústrias têm, também, que assegurar a assistência e a capacitação técnica aos agricultores familiares. As informações partem da Assessoria de Imprensa do Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fonte:** Último Segundo

Petrobras no biodiesel – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 17/12/2007

A Petrobras e sua subsidiária Refap, de Canoas (RS), iniciaram a comercialização de 380 milhões de litros de biodiesel com as empresas distribuidoras de diesel do país. A mistura de 2% ao diesel é obrigatória a partir de janeiro.

Soja e óleo de palma têm forte alta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/12/2007

As cotações futuras da soja e do óleo de palma registraram forte alta ontem nas bolsas de Chicago e da Malásia, respectivamente.

O contrato de soja para entrega em janeiro de 2008 fechou acima de US\$ 12 por bushel pela primeira vez em 34 anos, na bolsa de Chicago, segundo a Reuters. Os futuros de março subiram 40,25 centavos de dólar a US\$ 12,395 por bushel.

Na bolsa malaia, o contrato futuro de óleo de palma com vencimento em março chegou a subir até 57 ringgit, ou 1,9%, para 3.087 ringgit (US\$ 924) a tonelada, segundo a Bloomberg, para fechar a 3.080 ringgit a tonelada.

De acordo com a Reuters, a falta de chuvas na Argentina, que afeta as lavouras de soja, e a forte valorização da palma na Malásia e da soja e do óleo de soja na bolsa chinesa de Dalian impulsionaram as cotações da oleaginosa em Chicago. Traders de Pequim ouvidos pela Reuters disseram que a demanda por soja disparou antes dos feriados do Ano Novo e não haveria soja e óleo de soja suficiente.

Na Malásia, por sua vez, o óleo de palma bateu recorde ontem, apesar dos estoques altos, porque o mercado prevê oferta apertada em 2008 com a maior demanda para biocombustíveis e alimentos.

Etanol

Febre do etanol amplia fusões e aquisições - Renée Pereira – Estado de São Paulo –
Economia e Negócios – 23/12/2007

De 2004 para cá, foram realizadas 45 operações desse tipo no setor, sendo 23 delas somente neste ano

Um bom termômetro para medir a efervescência do setor sucroalcooleiro é a escalada do número de fusões e aquisições nos últimos anos. De 2004 para cá, já houve 45 transações, sendo 23 delas apenas neste ano (até outubro). O crescimento em relação a 2006 foi de 155%, segundo a consultoria KPMG. O maior destaque são os investidores estrangeiros, responsáveis por 16 operações. Em todo o ano de 2006, eles haviam feito apenas 5 transações.

A tendência é que esse movimento se intensifique nos próximos anos, já que uma das principais características do setor é ser muito pulverizado entre empresas familiares. “O horizonte é muito bom. Hoje o álcool encontra ambiente favorável ao seu crescimento no mundo, pois é um combustível alternativo ao petróleo, cujo preço está bastante elevado”, afirma o sócio da IBM Business Consulting, Martiniano Lopes.

Além da escalada de preço do combustível fóssil, o etanol também pode ser uma arma no combate ao aquecimento global. Nesse cenário, diz Lopes, o Brasil está em ótima posição. “Ainda somos o País mais competitivo no custo de produção do álcool. Por isso, os fundos estão investindo pesadamente em usinas e novos projetos.”

O presidente da Infinity Bio-Energy, Sergio Thompson-Flores, ratifica a opinião do especialista. Segundo ele, o álcool da cana é imbatível, em especial por causa da eficiência do uso da terra. “A partir da cana, produzimos 7,2 mil litros de álcool por hectare, enquanto o milho faz 3 mil litros e a beterraba, 4,5 mil litros. Isso explica parte do nosso apetite para investir no setor brasileiro”, destaca o executivo, representante de importantes fundos estrangeiros.

Ele conta que durante um período foi muito difícil comprar unidades por causa da expectativa favorável ao etanol. “Num primeiro momento houve o modismo do combustível verde. Mas acabaram ficando apenas os mais responsáveis.”

Exemplo disso é que a expectativa de investimentos caiu pela metade neste ano, de US\$ 30 bilhões para US\$ 17 bilhões, segundo a IBM Business Consulting. Desse total, US\$ 14 bilhões referem-se a novas unidades em construção ou com projetos prontos no País. Os outros US\$ 3 bilhões serão destinados à expansão de unidades existentes.

O menor volume de investimento reflete os preços desfavoráveis do açúcar em 2007, que influenciaram também o preço do álcool. Para não perder dinheiro, muitos produtores decidiram mudar o mix de produção: diminuir a fabricação de açúcar e aumentar a de álcool.

A mudança provocou uma inundação da oferta do produto no mercado que derrubou os preços na safra. “Isso serviu para dar um banho de realismo no mercado”, afirma Thompson-Flores, para quem as possibilidades de investimentos melhoraram significativamente. “O potencial do setor continua extremamente favorável. A produção será 15% superior, mas o consumo subirá 23%”, diz o vice-presidente da Comanche no Brasil, João Pesciotto.

CONSOLIDAÇÃO - Para o sócio da Adecoagro, Marcelo Vieira, o setor deve passar por um longo período de consolidação nos próximos 5 a 10 anos. “Nesse ambiente em ebulição, ou você cresce ou será engolido”, afirma ele, um ex-sócio da Monte Alegre, usina comprada pela Adecoagro. Hoje o setor sucroalcooleiro é formado por 350 usinas que estão nas mãos de 80 diferentes grupos.

Gestão profissional dá nova perspectiva – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/12/2007

Grupos aumentam produtividade e buscam abertura de capital

Uma das principais mudanças provocadas pelo novo boom do setor sucroalcooleiro é a gestão profissional dos negócios. Quase todas as empresas que desembarcaram no País nos últimos anos têm capital aberto - seja no Brasil, nos Estados Unidos ou no Reino Unido - e obedecem a rígidas regras de governança corporativa, o que significa mais transparência na condução dos negócios. “Esses investidores não misturam o seu bolso com o dinheiro da empresa”, afirma o sócio da IBM, Martiniano Lopes.

Outro fato que exige um nível elevado de profissionalização é a alta participação dos fundos de investimentos e fundos de pensão internacionais nessas novas empresas. Como precisam garantir a rentabilidade de seus cotistas, exigem negócios competitivos, eficientes e bem estruturados. “O setor está passando por uma mudança muito grande com o aumento da profissionalização e abertura de capital”, afirma o sócio da Adecoagro, Marcelo Vieira.

Trata-se de um movimento que está mexendo com todo o setor. “É o resultado da necessidade de escala. Para aumentar a produtividade, as empresas começam a procurar o mercado de capitais”, observa Lopes, da IBM. Segundo ele, hoje há, pelo menos, oito companhias do setor fazendo estudos e avaliações para IPOs (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações).

A primeira empresa do setor a estrear na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) foi a Cosan, em novembro de 2005, já prevendo a fúria dos investidores estrangeiros por ativos brasileiros. Logo em seguida vieram São Martinho, um dos maiores produtores nacionais de açúcar e álcool, e a Guarani, do Grupo estrangeiro Tereos. Espera-se que em breve a Nova América, dona do Açúcar União, também faça o seu IPO.

Na avaliação de especialistas, é um sinal de amadurecimento do setor, onde boa parte das 350 unidades existentes ainda está sob o comando de empresas familiares. Para eles, daqui para frente sobreviverão as usinas que produzam em escala para fazer frente tanto à demanda crescente pelos produtos como aos novos investidores, bastante capitalizados.

Segundo o diretor-técnico da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), Antônio de Pádua Rodrigues, os novatos não contam apenas com arsenal financeiro para dominar a expansão do setor. Eles também estão amparados por profissionais experientes e exímios conhecedores da produção de açúcar e etanol a partir da cana-de-açúcar.

Do mercado financeiro para as usinas - Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/12/2007

Com a explosão do álcool, surgem novos investidores como George Soros, o Merrill Lynch e o fundo Kidd & Company

Os personagens da nova onda de expansão do setor sucroalcooleiro em nada se assemelham aos usineiros que fizeram fama e dinheiro nas décadas passadas. São investidores acostumados ao especulativo mundo do mercado financeiro e dispostos a correr grandes riscos para embolsar grandes fortunas. Nos dois últimos anos, eles despejaram bilhões de dólares no País, compraram dezenas de usinas e deram partida em outra série de projetos de produção de etanol.

Nessa turma, estão incluídos nomes de peso como o húngaro George Soros, o indiano Vinod Khosla, a administradora americana de ativos Wellington Management, os fundos de investimentos Kidd & Company, Stark e Och Ziff Management e o banco Merrill Lynch, entre outros. Todos eles chegaram ao País de olho no futuro promissor do combustível verde, que ganhou força com a explosão do preço do petróleo e as crescentes preocupações com o aquecimento global.

Cada um tem uma estratégia diferente. Uns preferem comprar usinas prontas, outros se associam a produtores locais e há ainda aqueles que optam por novos projetos. No caso da Comanche Clean Energy, a fórmula foi mesclar as opções. A empresa, com sede no exterior e formada por investidores institucionais americanos e ingleses, estreou no Brasil este ano com a compra de uma unidade de biodiesel e duas destilarias de álcool. Nessa primeira leva, a empresa captou US\$ 85 milhões no exterior e deve buscar mais recursos para ampliar as unidades e construir um pólo de biocombustível no Maranhão.

O projeto, de US\$ 300 milhões, contará com uma unidade de biodiesel e de etanol, além da geração de energia. “Estamos construindo uma ponte para trazer dinheiro externo para o mercado de biocombustível no Brasil”, afirma o vice-presidente da Comanche no Brasil, João Pesciotto. Segundo ele, as unidades da empresa serão as mais modernas do

País. “Estamos usando técnicas novas para aumentar a produtividade. Queremos mais eficiência e redução de custos, pois commodity vale cada centavo.”

Apesar da febre do etanol, os novos investidores são criteriosos na escolha dos projetos e empreendimentos para comprar. Marcelo Junqueira conta com propriedade todo o percurso que culminou na criação da empresa Clean Energy Brazil (CEB), um fundo de investimentos com ações negociadas na Bolsa de Valores de Londres. Neto de usineiros, ele foi responsável por apresentar o setor sucroalcooleiro aos estrangeiros.

“Depois de muitos encontros e visitas em usinas, eles me chamaram e disseram que havia investidores interessados”, conta Junqueira. A partir daí, nascia a CEB, que lançou ações na Bolsa de Londres e captou o equivalente a US\$ 180 milhões. Parte do dinheiro foi aplicado na compra de 49% do Grupo Usaciga. “Contou bastante para os investidores o fato de a empresa ter participação em terminal no Porto de Paranaguá.”

A parceria resultará na construção de mais duas unidades em Mato Grosso do Sul e no Paraná. O apetite dos investidores, que permitiu mais uma captação de US\$ 42 milhões, também propiciou a compra de 33% de três unidades do Grupo Unialco, por US\$ 65 milhões. Além disso, vai arcar sozinha com um projeto em Campo Grande (MS) com capacidade para moer 1,6 milhão de tonelada de cana. “Apesar de o momento do setor não ser o melhor por causa dos preços baixos, os fundamentos são bons. O mercado consumidor continuará crescendo”, diz ele.

Essa também é a aposta do megainvestidor George Soros. Ele é o maior acionista da Adecoagro, uma empresa que começou investindo na produção de grãos e leite na Argentina. Chegou ao Brasil há três anos para produzir algodão, soja e milho, e logo se rendeu aos apelos da onda verde. O bilionário, que por muitas vezes apostou contra o Brasil, se tornou um entusiasta do etanol feito à base de cana-de-açúcar.

Além de comprar a usina Monte Alegre por US\$ 70 milhões, a empresa decidiu investir US\$ 1 bilhão na construção de três novas unidades em Mato Grosso do Sul. Juntas elas terão capacidade para moer 12 milhões de toneladas de cana. Na Monte Alegre, que tem capacidade para moer 1 milhão de toneladas de cana, o projeto será equipar a usina para produzir eletricidade a partir de 2009.

“O estrangeiro quer retorno garantido. Por isso, tem prioridade em melhorar a competitividade do negócio. Exige mais eficiência”, afirma Marcelo Vieira, um dos sócios da Monte Alegre, que se tornou sócio da Adecoagro. Entre os grandes objetivos da empresa está o desenvolvimento do mercado externo de etanol. A produção das três usinas, que começarão a operar a partir de 2008, deverá seguir para o exterior. Vieira reconhece, porém, que o mercado internacional ainda precisa de grande trabalho para ter uma demanda firme, que garanta volume expressivo de exportação.

De qualquer forma, o uso do etanol como combustível não tardará para se tornar realidade difundida no mundo todo, avaliam investidores. “Nesse cenário, o álcool brasileiro vai ser o que mais vai crescer, pois é mais competitivo, avalia Sergio Thompson-Flores, presidente e sócio da Infinity Bio-Energy. A empresa, com ações negociadas em

Londres, é formada por 50 investidores, entre eles, Merrill Lynch, Wellington Management, Stark Investments, Kidd & Company e Ranch Capital Investment.

Nos últimos anos, a empresa tem demonstrado um apetite invejável por ativos do setor. Já comprou sete usinas em operação e em construção em Minas Gerais e Espírito Santo, além de contar com outros três projetos em Mato Grosso do Sul. No total, investiu US\$ 600 milhões e planeja mais US\$ 400 milhões para 2008. “Hoje temos cinco processos de aquisição em andamento”, diz Thompson-Flores. Toda essa voracidade traduz o lema da empresa, que é se transformar no maior grupo usineiro do País.

Outro time de bilionários que entrou de cabeça para investir no setor é a Brenco, que tem como acionista o indiano Vinod Khosla, um dos fundadores da Sun Microsystems. Contrário à produção de álcool de milho, por causa da sua ineficiência, e fã da tecnologia total-flex brasileira, ele viu no álcool da cana-de-açúcar uma grande oportunidade de ganhar dinheiro e se tornou o principal lobista do produto nos EUA. Presidida pelo ex-presidente da Petrobrás Philippe Reichstul, a empresa está construindo cinco usinas no País e planeja um parque produtor de 10 unidades.

Aportes japoneses em álcool ainda no papel - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 21/12/2007

Importante porta de entrada em potencial para o álcool brasileiro na Ásia, o Japão ainda está longe de confirmar as expectativas dos exportadores. Apesar das promessas de Tóquio, o programa de mistura do combustível na gasolina vendida naquele mercado continua parado. E, ao mesmo tempo, não saem do papel os polpudos investimentos anunciados por grupos japoneses em usinas no Brasil.

A demora para a realização dos aportes está relacionada à tradicional cautela japonesa para mudanças importantes como será a entrada do etanol em sua matriz energética. Mas, para especialistas e usineiros do Brasil, pode significar o sepultamento de projetos e repercussões negativas para as pretensões brasileiras de contar com âncoras para o álcool também em outros países da região, como a Coreia do Sul.

"O que falta é decisão política. O setor privado tem pressionado o governo do Japão para que a mistura seja adotada", afirma Takao Omae, presidente da subsidiária da Mitsui no Brasil. A empresa formalizou, em 2006, uma parceria com a Petrobras para investimentos conjuntos - como sócias minoritárias - em usinas de álcool no país, mas até agora muito pouco aconteceu.

Ambicioso, o plano previa a construção de 40 plantas, com aporte total da ordem de US\$ 10 bilhões - cerca de US\$ 250 milhões por unidade, cada qual com moagem total de 4 milhões de toneladas de cana por safra. Isso para exportar toda a produção de álcool combustível das plantas para o Japão, em linha com a preocupação dos asiáticos de garantir oferta para a mistura à gasolina.

O projeto se baseou nas projeções de que a demanda japonesa chegará a 1,8 bilhão de litros anuais com a adoção de um percentual de 3% de mistura de etanol à gasolina. Tal mistura já poderia até ser feita, mas não é. E, como o programa de mistura obrigatória do

país parece distante, o aceno do Japão de que um dia o percentual de mistura poderá chegar a 10% continua submerso.

Se já é normalmente conservador, o Japão tem motivos para frear a onda do etanol. Com o petróleo em alta e as crescentes preocupações ambientais, o futuro global do combustível parece garantido, mas há problemas de diversificação de oferta e demanda no curto e médio prazos, que também seguram outros projetos no Brasil e nos EUA. Para tornar-se commodity, é preciso vários países produtores e consumidores. Como ainda não há, o Japão teme uma eventual dependência do Brasil.

Dos 40 projetos anunciados, Petrobras e Mitsui afirmam que cinco estão mais avançados. Dois deles - em Chapadão do Céu (GO) e outra em Chapadão do Sul (MS) - são com a Equipav. Mas, segundo Newton Salim Soares, diretor-superintendente da empresa paulista, não há nada decidido. "Trocamos e-mails [com Petrobras e Mitsui] na semana passada. O assunto está em pauta, ninguém desistiu, mas não há nada concreto".

Para o ex-ministro Roberto Rodrigues, co-presidente da Comissão Interamericana do Etanol (CIE), os japoneses são cautelosos mesmo e não há motivo para desesperanças. "Basta lembrar do caso da manga. O país levou 24 anos para importar o produto do Brasil. No caso das carnes, ainda há negociações em curso". Com a diplomacia de quem já convidou o ex-premiê Junichiro Koizumi para co-presidir a CIE, Rodrigues lembra que o Japão já influenciou o desenvolvimento de tecnologia hortifrutigranjeira e impulsionou o conceito de cinturões verdes no Brasil, além do apoio "ao espírito associativo, representado pelas cooperativas".

Além das usinas de Mitsui e Petrobras continuarem nas pranchetas, no mercado teme-se pela sorte do projeto da estatal brasileira de construir um alcoduto de Senador Canêdo (GO) a Paulínia (SP), considerado importante para o escoamento das exportações do Brasil. Neste, a Petrobras planejou ter participação de um terço, sendo outro terço da Camargo Corrêa.

"Resta saber quem serão os outros investidores", diz uma fonte da Petrobras. A mesma fonte nega que usinas ou alcoduto tenham subido no telhado. Lembra que a companhia mantém no Japão um escritório para colocar em prática seus planos, mas admite também estar com o freio de mão puxado devido à falta de decisão política de Tóquio. Já Omae, da Mitsui, reitera que demora não significa desistência. "Em 2008, haverá a conferência global sobre mudanças climáticas. A introdução do etanol seria uma boa prática". A Mitsui já investe em etanol nos EUA.

Outra companhia japonesa que prospecta o mercado brasileiro de etanol é a Itochu Corporation. No fim de 2006, a trading fechou acordo com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e com a Companhia de Promoção Agrícola (Campo) para realizar estudos de implantação de projetos de produção de biocombustíveis até 2008 no país. Os estudos ainda não renderam projetos.

Efetivamente, somente a trading Mitsubishi tem negócios com álcool no Brasil. Mas não combustível, só industrial. Em março, a empresa acertou a compra de 30% da produção da usina Boa Vista, construída pelo grupo São Martinho em Goiás, por 30 anos. No pacote, a São Martinho vendeu 10% da Boa Vista para a Mitsubishi. O Japão é tradicional importador de álcool finos (para indústrias e bebidas e farmacêuticas) do Brasil, com a aquisição de cerca de 300 milhões de litros por ano.

Clima ajuda e colheita de cana do Nordeste se estenderá até março - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/12/2007

A região Nordeste do país está com 60% de sua colheita de cana concluída, segundo levantamento feito até o dia 15 deste mês pelo Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar/PE). A produção da matéria-prima deve ser de 59 milhões de toneladas, 7,2% em relação ao ciclo 2006/07.

Segundo Renato Cunha, presidente do Sindaçúcar, a produção de álcool no mesmo período atingiu 1,1 bilhão de litros, de um total estimado em 1,9 bilhão de litros para a safra. No ciclo 2006/07, as usinas da região produziram 1,8 bilhão de litros. Para o açúcar, a produção está estimada em 4,5 milhões de toneladas. Até o dia 15, as usinas tinham industrializado 2,5 milhões de toneladas, ou 55% do total previsto.

A colheita na região deve ser finalizada em março. "O clima tem beneficiado a colheita", afirmou Cunha. Segundo ele, os custos de produção do setor canavieiro estão altos, o que inibe mais investimentos nas lavouras. "A queda dos preços do açúcar e do álcool descapitalizou o setor. A desvalorização do dólar também prejudicou a receita com as exportações. Não há grandes incentivos para se investir na ampliação dos canaviais", disse Cunha.

O Nordeste responde por 15% da produção nacional de cana-de-açúcar do país. Alagoas e Pernambuco são, respectivamente, o primeiro e o segundo maiores produtores da região.

No centro-sul do país, a colheita terminou neste mês. A região processou cerca de 425 milhões de toneladas de cana, 14% mais sobre 2006/07, batendo novo recorde. A produção de álcool ficou em 18 bilhões de litros e a de açúcar, em 26 milhões de toneladas.

A maior oferta de cana no início da entressafra no centro-sul tem pressionado os preços do combustível. Na sexta-feira passada, as cotações do álcool hidratado recuaram 1,1%, para R\$ 0,74523 (sem impostos). O litro do anidro fechou a R\$ 0,84877 (sem impostos), alta de 0,86%, segundo o Cepea.

DGF investirá em biocombustíveis – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 27/12/2007

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), agência de inovação vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, vai investir R\$ 20 milhões no fundo de private equity Terra Viva, administrado pela DGF (Decisão Gestão de Fundos) para investir no setor sucroalcooleiro.

A DGF está se estruturando para levantar mais de R\$ 300 milhões para investir nos próximos quatro anos em usinas de açúcar e álcool em todo país e também em empresas ligadas ao setor e possivelmente em logística.

Segundo Patrícia Freitas, superintendente da área de investimentos da Finep, esta é a primeira vez que a agência investe no setor de açúcar e álcool. "Este é o segundo

investimento da Finep em fundos da DGF", afirmou Freitas. A DGF atua em diversas áreas, sobretudo as ligadas em tecnologia.

Freitas informou que a Finep faz aportes em fundos de investimentos desde 2001 e já atua em 14 no total. A Finep concentra seus investimentos em empresas de médio porte já consolidadas no mercado, mas que ainda não estão prontas para abrir capital na bolsa de valores.

O Valor apurou que a DGF quer entrar no mercado sucroalcooleiro porque considera o setor com forte potencial de concentração. Atualmente o setor é pulverizado, com cerca de 400 usinas. A gestora está olhando negócios na área de produção de açúcar e álcool, mas também não descarta investir em empresas de equipamentos para o setor e também em logística.

A Finep já comprometeu, desde 2001, cerca de R\$ 112 milhões em fundos de capital. De 2008 a 2010, a Finep vai destinar R\$ 330 milhões para cerca de 25 fundos de investimento em empresas inovadoras, o triplo do total aplicado nos últimos seis anos. A expectativa é que sejam alavancados mais R\$ 1,6 bilhão junto a investidores parceiros, recursos que somados vão beneficiar aproximadamente 300 empreendimentos.

A entrada de fundos de investimentos no setor sucroalcooleiro teve início nos últimos dois anos e se intensificou desde o ano passado. O Infinity Bio-Energy, administrado pelo executivo Sérgio Thompson-Flores, foi um dos pioneiros no país. Outros fundos, como a CEB (Clean Energy Brazil), chegaram ao país apostando pesado no mercado global de etanol. Neste ano, a Brenco, administrada por Phillippe Reichstul, anunciou investimentos de mais de US\$ 2 bilhões no Brasil. (MS)

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Biodiesel não afeta preços, diz ministro - Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/12/2007

Distribuidores discordam e dizem que mistura encarece o diesel

O ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, assegurou ontem que “não existe risco” de faltar biodiesel para suprir a demanda causada pela entrada em vigor, na próxima terça-feira (dia 1º), da lei que determina que todo o diesel vendido no País contenha 2% do combustível produzido a partir de sementes oleaginosas, como mamona, soja ou girassol.

“A capacidade instalada é três vezes superior à demanda gerada pela lei”, disse Hubner. O ministro acredita ainda que a adição do biodiesel - mais caro que o óleo comum - não irá provocar aumento nos preços, mas o vice-presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Alísio Vaz, admitiu que haverá impacto. “Sem querer contrariar o ministro, nossa avaliação é de

que haverá aumento de 1 a 2 centavos.” O repasse, segundo ele, depende da política de cada empresa.

As distribuidoras filiadas ao Sindicom detém 85% do mercado de diesel no País. Vaz disse que nos leilões de biodiesel realizados neste mês pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), o litro do produto saiu, em média, por R\$ 1,86, uma diferença de cerca de 50 centavos para o preço do diesel comum. Vaz, porém, ratificou a avaliação de Hubner de que não faltará biodiesel. “Nossas associadas têm biodiesel para distribuir a partir de 1º de janeiro.”

Segundo Hubner, as usinas instaladas no País têm capacidade para produzir 2,5 bilhões de litros por ano, ante uma necessidade, para 2008, de 840 milhões de litros. Ele destacou que as distribuidoras já contrataram 99% do que irão precisar nos próximos seis meses.

Pelos cálculos do governo, a adição de 2% de biodiesel terá um efeito positivo na balança comercial de R\$ 900 milhões, em 2008, com a redução na importação de diesel. Em 2007, o Brasil importou 7% do diesel comum que consumiu. Pela lei, depois dos 2% a partir de janeiro de 2008, postos e distribuidoras terão de aumentar a mistura para 5% em 2013.

Programa do biodiesel entra em operação à base de soja - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/12/2007

Programa começa no dia 1º com adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel

A soja, usada como insumo para produção de proteína animal e base para boa parte da indústria de alimentos, será mesmo a principal matéria-prima para a largada do Programa Nacional do Biodiesel. A partir do dia 1º de janeiro, todo diesel comercializado no País terá de receber obrigatoriamente a adição de 2% de biodiesel.

A demanda compulsória do novo combustível em 2008 vai criar um mercado cativo de 800 milhões de litros. Em 2013, quando a mistura obrigatória passa a 5% , a demanda chegará a 2,4 bilhões de litros por ano.

Há um mês, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) organizou os leilões para compra do primeiro lote de biodiesel que abastecerá o Brasil no primeiro semestre. A Petrobrás, responsável por intermediar a compra do combustível junto às usinas e revender às distribuidoras do País, adquiriu 380 milhões de litros de 11 usinas em operação no País. Hoje, 36 unidades estão aptas a produzir o produto em todo o Brasil, número que pode chegar a 88.

O governo federal não sabe qual o volume de biodiesel que será feito a partir do óleo de soja, mas admite que a maior parte desta primeira fase virá mesmo dessa

commodity. Já a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) avalia que mais de 90% do biodiesel a ser adicionado no diesel no Brasil será feito com óleo de soja. “É a única matéria-prima disponível e abundante no País. Os demais óleos vegetais ainda não alcançaram volumes capazes de abastecer o Brasil”, afirma Carlo Lovatelli, presidente da Abiove.

O Ministério de Minas e Energia refuta a idéia de que o Brasil esteja repetindo a experiência dos Estados Unidos, em transformar alimento em combustível. O uso do milho para a produção de etanol nos EUA tem provocado um desequilíbrio na oferta de milho no mercado.

Ricardo Dornelles, diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, nega que o Brasil tenha adotado a mesma estratégia ao admitir o uso do óleo de soja para a produção de biodiesel. “O óleo de soja não é o principal produto da soja. O carro chefe desta commodity é o farelo. O óleo é um subproduto.” Ele alega que, no caso dos EUA, os produtores usam todo o milho para o etanol. No caso da soja, a concentração de óleo é de apenas 18% de sua composição. Aliás, baseado nesta mesma relação, a soja é a pior matéria-prima para a indústria do biodiesel. Outras culturas têm rendimento muito melhor, como o girassol com 30% de óleo, ou a mamona, com 47%.

Até por isso, o governo torce para que a soja deixe de ser a base do biodiesel. Mas isso pode demorar. Segundo a Abiove, dos 6,8 bilhões de litros de óleo vegetal produzidos ao ano no País, menos de 10% são de outras culturas que não a soja.

Não é só o fato de a soja ser a base da cadeia de alimento que preocupa o governo. Há o problema do custo. “Muitos produtores entraram nesse mercado para marcar o território e não deverão ficar se não houver uma isonomia tributária da soja com os demais óleos, como mamona e palma”, diz Lovatelli. “O custo do metro cúbico de soja é maior do que o metro cúbico de biodiesel. A conta não fecha.” Aliás, isso deve provocar uma ligeira alta no preço do diesel na bomba: R\$ 0,02 por litro, segundo o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom).

Agricultura familiar terá menos peso na produção - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/12/2007

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estuda a redução da participação da agricultura familiar na produção de biodiesel no Nordeste. A medida pode ser adotada logo após a estréia oficial do programa, em janeiro. A idéia é reduzir os problemas das unidades de produção de biodiesel na obtenção de matéria-prima.

A medida é um paradoxo. O Nordeste é a região do País onde está a maior parte da agricultura familiar brasileira. De acordo com dados do MDA, 51% da agricultura familiar do País está nessa região. O problema tem sido o de organizar a produção para garantir que toda esse contingente integre a cadeia do biodiesel.

Pelos critérios do Programa, na região Nordeste os produtores de biodiesel são obrigados a comprar o equivalente a 50% de toda a matéria prima necessária para a produção do combustível da agricultura familiar. O percentual é considerado alto demais, situação que tem afastado a instalação de empresas na região.

Até agora, apenas duas empresas (Brasil Ecodiesel e Comanche) se instalaram na região. Segundo Arnoldo Campos, coordenador-geral de Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o plano do governo é reduzir a exigência de 50% para 30% em todo o País.

A criação de um percentual isonômico em todo o Brasil implicaria, por outro lado, na elevação da participação da agricultura familiar no Norte e Centro Oeste. Nessas regiões, a exigência para a concessão do “Selo Combustível Social” - a partir do qual o produtor de biodiesel passa a ter acesso aos benefícios fiscais do programa - é de 10%.

Óleo de cozinha, da panela para os motores - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/12/2007

Iniciativa conta com apoio da Unicamp e terá R\$ 3 milhões para construção de usina

Uma parceria entre a Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp, o Instituto Harpia Harpyia (presidido por Dom Mauro Morelli, ex-bispo de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense) e a prefeitura de Indaiatuba (SP) vai transformar uma pequena experiência de aproveitamento de óleo de cozinha em um grande projeto de produção de biodiesel.

O projeto do “Biodiesel Urbano” virou patente acadêmica e uma idéia de negócio que deverá atender vários municípios da região de Campinas. O modelo foi apresentado ao governo federal no início de novembro.

Agora, os parceiros aguardam do governo federal o cumprimento de uma promessa: a liberação de R\$ 3 milhões, recurso que financiará a construção de uma usina com capacidade para produzir 45 mil litros de biodiesel por dia. “A obra já começou. A expectativa é que a usina esteja em operação entre abril e maio”, diz Antonio José da Silva Maciel, professor e pesquisador da Unicamp. A pequena unidade piloto em funcionamento hoje na cidade tem capacidade para produzir mil litros por dia.

Desde o ano passado, um acordo entre a prefeitura local e a Unicamp trouxe para a cidade um projeto piloto de usina de biodiesel, que aproveita o óleo de cozinha - hoje descartado na rede de esgoto - como matéria-prima para a produção de combustível. A unidade, de aspecto rudimentar, viabilizou a criação de um projeto de aproveitamento desse resíduo. Hoje, 10 mil litros de óleo saturado são recolhidos por mês e transformados em 9 mil litros de biodiesel a cada mês.

O combustível é usado na frota de veículos com motores a diesel do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae). A mesma autarquia, encarregada dos serviços de saneamento básico, é beneficiada duplamente. Além da economia na compra de diesel, o Serviço tem evitado que enormes quantidades de óleo sejam despejados todos os dias no esgoto, o que dificulta o tratamento do resíduo doméstico.

O plano agora é obter a adesão de municípios da região para que também criem sistema de coleta de óleo de cozinha usado para sustentar a demanda de matéria-prima da usina. A prefeitura já começou a articular a participação de outras cidades. Em troca, os municípios receberão o biodiesel para uso próprio. O recurso arrecadado com a produção do combustível será todo revertido para o Fundo Municipal de Alimentação e Nutrição.

Lei que troca mata por dendê dá novo passo – Folha de São Paulo – Ciência – 20/12/2007

DA REPORTAGEM LOCAL - A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que permite aos produtores rurais usar espécies exóticas, como as palmeiras de dendê, para recuperar áreas degradadas. A relatoria do processo é do deputado federal Homero Pereira (PR-MT).

A medida, polêmica, foi criticada por ONGs ambientais. Na prática, para elas, o projeto diminui a reserva legal na Amazônia.

A justificativa dos deputados que defendem a nova legislação, que ainda vai para a Comissão de Meio Ambiente, é que a flexibilização nas áreas de reserva legal é a única forma de preservar as zonas que já foram abertas na região.

Vem aí o Biodiesel – Haroldo Lima - Folha de São Paulo – Opinião – Tendências e Debates – 27/12/2007

Vem aí o biodiesel!

HAROLDO LIMA

NOS PRÓXIMOS dias, mais precisamente em 1º/1/2008, o Brasil tornará obrigatória a mistura de 2% de biodiesel no diesel consumido no país. O Ano Novo começa com essa grande novidade. Introduzir em grande escala um combustível renovável em lugar de outro de origem fóssil foi expediente já realizado no Brasil, em 14/11/1975, quando da criação do Proálcool, o maior programa de substituição de combustíveis fósseis até hoje conhecido no mundo. A chegada do biodiesel à matriz energética brasileira tem significado semelhante. É o passo inicial de um programa audacioso, que combina modernização energética, sustentabilidade econômica e inclusão social.

Atualmente, modernizar, em política energética, é desenvolver, com sustentabilidade econômica e em grande escala, fontes de energia renováveis. Assim é que o biodiesel é usado com êxito em países como Alemanha, França, Itália, Malásia, Estados Unidos. Há mais de dez anos, a Alemanha é o maior produtor e consumidor de biodiesel no mundo, responsável por 42% da produção mundial.

No Brasil, a decisão de implantar o biodiesel agregou outro objetivo, o da inclusão social, e foi tomada há menos de três anos, com a edição da lei 11.097, de 13/1/2005. Nesse período, o país, que naquela data não tinha sequer uma usina de biodiesel, passou a ter 42 plantas autorizadas a produzir e outras 53 que estão sendo analisadas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Passou também a proporcionar a cerca de 150 mil famílias de pequenos produtores renda para se manterem com dignidade no campo.

Nos cinco primeiros leilões realizados pela ANP, entre 23/11/05 e 14/2/07, os produtores de biodiesel venderam à Petrobras e à Refap 885 milhões de litros. No sexto e sétimo leilões, venderam mais 380 milhões de litros, somando 1,2 bilhão de litros de biodiesel. Em dezembro, as duas produtoras de óleo diesel vão comprar mais 100 milhões de litros, para fazer estoque, perfazendo um total de 1,3 bilhão de litros. Outros leilões serão realizados entre janeiro e junho do próximo ano, para garantir o abastecimento do segundo semestre.

A quantidade comprada até aqui é quase o dobro dos cerca de 800 milhões de litros de que o Brasil necessita por ano para cumprir a meta de 2% de biodiesel. A Petrobras e a Refap, que adquiriram o combustível ecológico nos leilões da ANP, já venderam o biodiesel para as distribuidoras de todo o país. A despeito de problemas ocorridos -como a não entrega de parte da produção comprada- e obstáculos que provavelmente ocorrerão, a partir do dia 1º/1, o programa começará a ser implantado.

O Brasil tem possibilidades de tirar amplo proveito desse programa. Suas vantagens comparativas são grandes. Enquanto o maior produtor e consumidor atual, a Alemanha, baseia sua produção em uma única fonte, a colza, uma espécie resultante do cruzamento genético entre a couve e o nabo, temos grande variedade de oleaginosas, espalhadas por regiões com distintos regimes climáticos; tecnologia já testada na fabricação do etanol; disponibilidade de solo, sem ameaças a lavouras de gêneros alimentícios e a florestas. O crescimento da capacidade produtiva instalada já permite discussões sobre a antecipação das datas previstas em lei para o aumento do percentual de biodiesel no diesel de 2% para 5%. É sinal de que o programa brasileiro será bem-sucedido. Durante os últimos três anos, o governo vem fazendo tudo a seu alcance para que o programa dê certo. Teve apoio dos empresários que investem em plantas industriais e dos agricultores que cultivam as oleaginosas. Esse esforço não terá sido em vão.

HAROLDO LIMA , 68, engenheiro eletricista, é diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). Foi deputado federal pelo PMDB-BA (1083-1987) e pelo PC do B-BA (1987-2003).

Mistura de biodiesel entra em vigor dia 1º - Erica Ribeiro – O Globo – Economia –
28/12/2007

ANP diz que não haverá impacto nos preços ao consumidor

A partir do dia 1º de janeiro entra em vigor a mistura de 2% de biodiesel ao diesel vendido nos postos de combustível de todo o país. Segundo Edson Silva, superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a produção anual de biodiesel é suficiente para garantir o consumo de 800 milhões de litros por ano. A capacidade atual no país é de 2,5 bilhões de litros, segundo a ANP.

Silva disse que não deverá haver impacto nos preços para o consumidor. Hoje, o diesel custa, em média, R\$ 1,85 o litro. A fiscalização nos postos será reforçada a partir do dia 1º e caso o posto esteja sem a mistura terá a bomba lacrada. Ele afirmou que o motorista não sentirá diferença nos veículos.

— As montadoras fizeram testes e o percentual definido pode ser usado universalmente com garantias.

Biodiesel conta com 100 mil agricultores familiares – Sítio Eletrônico do MDA -
27/12/2007

O diesel comercializado nos postos de combustíveis passa a conter obrigatoriamente 2% de biodiesel, mistura chamada B2, combustível renovável e que não polui o meio ambiente. Além disso, o biodiesel traz vantagens econômicas, pois sua produção e o cultivo de matérias-primas têm criado novas oportunidades de geração de renda na indústria e no campo, especialmente para a agricultura familiar. A obrigatoriedade entrou em vigor no dia 1º de janeiro.

“É o combustível que se planta”, resume o coordenador do Programa de Biodiesel pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Arnaldo de Campos. Hoje, cerca de 100 mil agricultores familiares estão inseridos no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), produzindo matérias-primas como a mamona, dendê, girassol, soja e amendoim.

Isso, graças a uma série de ações do MDA para promover a inserção destes agricultores nesta cadeia produtiva. Segundo Campos, estima-se que a renda familiar com produção de mamona no Nordeste, grande parte no Semi-Árido, está entre R\$ 1.320 e R\$ 7.140 por ano, em áreas de plantio de dois a sete hectares.

Segundo o coordenador, uma das principais inovações do PNPB foi a criação do mercado obrigatório para o biodiesel no Brasil. “Podemos chamar de um verdadeiro mercado criado a partir do interesse social, tendo como consequência um processo de estruturação das cadeias de produção e abastecimento do mercado de biodiesel, criando a oportunidade da inclusão social”, avalia.

Biodiesel e produção de alimentos - Campos aponta as fortes ligações entre a produção de biodiesel e a produção de alimentos e a relação destas com a boa utilização das terras disponíveis. Para ele, as matérias-primas utilizadas na fabricação de biodiesel têm forte ligação com o suprimento das cadeias agroalimentares.

Oleaginosas como a soja, algodão, girassol, canola, amendoim e sebo são exemplos de ligação entre esses dois setores. Mais de 50% da produção em todas elas é constituída de tortas alimentares, utilizadas tanto na alimentação humana, como animal. “Mesmo outras oleaginosas como a mamona, a palma e o pinhão-manso, também podem gerar co-produtos utilizados na produção de alimentos, por meio da transformação em adubo orgânico, além de poderem ser cultivadas em áreas pouco utilizadas pelas culturas alimentares”, explica.

Selo Combustível Social - Uma importante contribuição para a inclusão dos agricultores familiares na produção da matéria-prima foi a criação do Selo Combustível Social. Atualmente, 27 indústrias possuem o Selo Combustível Social que, juntas, totalizam uma capacidade de produção de 2 bilhões de litros ao ano.

O Selo é um componente de identificação, concedido pelo MDA aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf.

“Essas regras permitem a construção de parcerias econômicas e compromissos de responsabilidade social entre setor privado (indústrias), agricultores familiares e suas organizações. Mostra que as grandes empresas estão acreditando, apostando e reconhecendo a importante contribuição da agricultura familiar em um setor tão estratégico para o País, como o setor energético”, diz Campos.

Por meio do Selo, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso às melhores condições de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas Instituições Financeiras Credenciadas, ao Banco da Amazônia (BASA), ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao Banco do Brasil (BB) ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com Selo.

O Selo Combustível Social somente é concedido aos produtores de biodiesel que comprem matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de: 50% no Nordeste e Semi-Árido; 10% nas regiões Norte e Centro Oeste e, 30% nas regiões Sudeste e Sul. As indústrias têm, também, que assegurar a assistência e a capacitação técnica aos agricultores familiares.

No próximo dia 1º, os postos passam a comercializar um novo combustível no Brasil. Trata-se da mistura de 2% do biodiesel ao diesel tradicional. Chamada de B2, a mistura é um novo marco na decisão do Brasil de diversificar sua matriz energética e ampliar a participação de fontes renováveis de energia.

Para o Brasil, o uso do B2 significa ganhos expressivos do ponto de vista social, econômico e ambiental, e uma grande contribuição do país na corrida empreendida em todo o mundo em busca de alternativas para substituição dos combustíveis fósseis, especialmente o petróleo.

O consumidor não terá alterações na sua rotina porque os motores não necessitam de adaptações. A garantia dos veículos continua com a mistura B2, conforme atesta a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos automotores (Anfavea). Além disso, as normas e a fiscalização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) asseguram a qualidade do produto vendido aos consumidores.

O início da comercialização obrigatória do B2 coroa com sucesso a decisão do Governo, tomada em 2003, com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, de estimular a produção do óleo vegetal para fins combustíveis. O biodiesel melhora o ar que respiramos, porque reduz as emissões de fuligem e de outros poluentes, e diminui a dependência brasileira de importação do diesel mineral, com uma economia na balança comercial de US\$ 500 milhões por ano com a mistura B2. Para percentuais maiores de mistura, a economia será ainda maior. Além disso, cria perspectivas de um novo produto a compor a pauta de exportações do Brasil no médio prazo.

O desenvolvimento do Programa do Biodiesel permitiu o surgimento de uma nova cadeia produtiva no país, aumentando a oferta de empregos e melhorando a renda no campo e nas cidades. Hoje, 45 usinas já estão autorizadas pela ANP a produzir biodiesel. Juntas, podem produzir cerca de 2,4 bilhões de litros por ano, quase três vezes mais que a necessidade de produção para atender à mistura B2, de 840 milhões de litros por ano. A rápida resposta dos investidores ao programa leva o governo a avaliar a antecipação da mistura obrigatória do B5, quando o diesel mineral passará a ter 5% de biodiesel. Por lei, a obrigatoriedade de comercialização do B5 seria a partir de 2013, mas ela pode ser antecipada para 2010.

Na área rural, o impacto do programa é notável e confirma seu objetivo de inclusão social. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário apontam que cerca de cem mil famílias da agricultura familiar, equivalentes a 500 mil pessoas, estão mobilizadas na produção de oleaginosas destinadas à produção do biodiesel e respondem por cerca de um terço do volume produzido. No semi-árido (Nordeste e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais), a produção de matérias-primas para o biodiesel apresenta-se como um instrumento eficaz de geração de emprego e renda e de utilização de áreas com baixo aproveitamento para a produção de gêneros alimentícios. À medida que o programa vai se consolidando, novas famílias serão mobilizadas, estimando-se a incorporação de um milhão de agricultores familiares nesse novo mercado.

B2 traz ganhos sociais, econômicos e ambientais e é grande contribuição à corrida pela substituição de combustíveis fósseis

Embora o programa tenha um forte conteúdo social, ele não é excludente, sendo também uma oportunidade de expansão da agricultura comercial, o que de fato já ocorre, especialmente com o aproveitamento da soja e do girassol para a produção do biodiesel. O programa também não é restritivo em relação à matéria-prima: a especificação brasileira é única, independentemente do tipo de oleaginosa, e hoje são utilizadas mamona, girassol, soja, dendê, caroço de algodão e até sebo bovino. A escolha da matéria-prima é opção do produtor e depende da sazonalidade agrícola, das vocações regionais e da possibilidade de aproveitamento de resíduos gerados por outras atividades, como é o caso do sebo, de óleos de fritura e borras do processamento de óleos vegetais para consumo humano.

No momento, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) busca desenvolver variedades de mamona mais produtivas e viabilizar a utilização de outras oleaginosas, como o pinhão-manso e a macaúba, que podem se transformar em importantes opções de matérias-primas. Em outra ação, o Ministério da Agricultura está promovendo a realização do zoneamento de risco climático para diversas culturas oleaginosas potenciais fontes de matéria-prima para a produção de biodiesel. Estas ações consideram as questões relativas à preservação ambiental, em especial a proteção da Floresta Amazônica e outros biomas sensíveis, com vistas a garantir que a produção de biocombustíveis no Brasil ocorra de econômica e sustentável.

No plano internacional o Brasil reúne todas as condições para assumir uma posição central na produção mundial do biodiesel, devido à larga experiência que temos com o álcool, às condições climáticas, à grande quantidade de terras agricultáveis disponíveis e à competitividade do nosso agronegócio. Com isso, podemos afirmar que a produção brasileira de biocombustíveis não compete com a produção de alimentos, como pode acontecer em outros países que tenham características distintas das brasileiras.

Nesse sentido, dois pontos podem ser destacados: a disponibilidade de terras agricultáveis assegura ao Brasil a condição de ser um dos maiores exportadores de alimentos do mundo e também grande produtor de biocombustíveis. Ainda, a produção de matérias-primas agrícolas para a produção de energia pode ser consorciada com a produção de alimentos, maximizando o ganho do produtor rural e os benefícios para a sociedade. Assim, a segurança alimentar será reforçada pela geração de renda e pelo efeito multiplicador dos biocombustíveis na economia.

O biodiesel é uma vitória de todos. Ganha o Brasil, que consolida sua posição de ser um dos maiores produtores mundiais de combustíveis renováveis e limpos. Ganham os empresários que ampliam os seus negócios. Ganham os trabalhadores da agricultura, que contam com novas oportunidades de geração de emprego e renda e ganha a sociedade, especialmente os moradores das grandes cidades, com um combustível menos poluente.

Nelson Hubner é ministro interino de Minas e Energia.

Etanol

Usineiros tornam-se 'órfãos' da CPMF – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/12/2007

O governo informou aos usineiros que será inviável a implantação do pacote fiscal negociado com eles há mais de um ano, para a redução de PIS/Cofins e IPI incidentes sobre equipamentos de co-geração de energia elétrica a partir da biomassa destinados a novos projetos. O motivo é o fim da CPMF e a perda de R\$ 40 bilhões na receita em 2008. O governo chamou representantes do setor e comunicou a impossibilidade da redução dos impostos. “Todo mundo teve de aceitar com resignação enorme”, disse Maurílio Biagi Filho, conselheiro da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica).

Setor agrícola já sofre impacto do fim da CPMF - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Nacional – 25/12/2007

Programa de renegociação de dívidas é adiado; os usineiros não terão pacote fiscal negociado há um ano

O fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) começa a fazer suas primeiras vítimas. Por causa da necessidade de cortar gastos em 2008 para compensar os R\$ 40 bilhões a menos, o governo pôs o pé no freio de programas que acarretariam despesas extras ou queda nas receitas. O setor agrícola foi o primeiro a ser afetado.

Um programa de renegociação de um estoque de dívidas de R\$ 120 bilhões dos produtores teve seu anúncio adiado por três meses. Originalmente, seria lançado no dia 28. A nova data foi acertada na semana passada, em negociação com a Comissão de Agricultura da Câmara.

Antes da rejeição da CPMF no Senado, a equipe do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, havia elaborado uma proposta para renegociação de um conjunto de dívidas antigas e novas dos agricultores. Agora, a proposta, que dependia do sinal verde do ministro da Fazenda, Guido Mantega, terá de ser refeita.

“É melhor esperar um pouco. Vamos continuar negociando com o governo uma solução para esse volume da dívida acumulada”, disse o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). O governo comprometeu-se a anunciar as medidas até 31 de março.

Porém, o secretário-adjunto de Microfinanças e Política Agrícola, Gilson Bittencourt, do Ministério da Fazenda, sinalizou que o governo não está disposto a abrir o cofre para o setor agrícola. “Não haverá dinheiro novo.” Segundo ele, o foco do programa

será a elaboração de mecanismos para facilitar o pagamento de pequenas quantias e a adoção de medidas que permitam aos produtores inadimplentes quitar seus débitos.

O secretário também informou que as dívidas rurais que vencem no primeiro trimestre do ano precisam ser pagas. A exceção são os débitos da cacauicultura com vencimento no dia 31 de janeiro e que, segundo decisão tomada na semana passada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), poderão ser pagos seis meses após o vencimento da última parcela.

A recomendação para pagamento contradiz orientação do ministro da Agricultura. Segundo Stephanes, até a apresentação das medidas para reestruturação da dívida, os vencimentos estão suspensos. Bittencourt afirmou que a proposta de estabelecer “efeito suspensivo” para as dívidas não foi nem sequer submetida ao CMN por não ter sido negociada internamente no governo.

BIOMASSA - A segunda vítima da extinção da CPMF é o setor sucroalcooleiro. O governo comunicou a empresários que será inviável a implantação do pacote fiscal, negociado há mais de um ano com os usineiros, para a redução de impostos incidentes sobre equipamentos de co-geração de energia elétrica a partir da biomassa.

Para incentivar a produção e minimizar o risco de apagão elétrico, o governo iria reduzir o PIS/Cofins e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os novos projetos.

Produtores podem virar usineiros - João Naves de Oliveira – Estado de São Paulo –
Agrícola – 26/12/2007

Um grupo de produtores familiares de Ponta-Porã (MS) pretende, em breve, produzir 14 milhões de litros de álcool e 10 milhões de litros de biodiesel por ano, em usinas próprias. Com base num estudo do governo federal, o Projeto de Assentamento Itamarati 2, que agrupa 1.700 famílias, chegou à conclusão que, se o agricultor produzir 1 hectare de cana para vender para usinas de terceiros, ganharia líquido, no fim do mês, R\$ 146,73.

Produzindo, porém, seu próprio álcool hidratado e anidro com a cana plantada no mesmo espaço de terra, o lucro sobe para R\$ 261, segundo o superintendente-regional do Incra, Luís Carlos Bonelli.

PETROBRÁS - O estudo foi transformado em projeto, que acabou chegando à presidência da Petrobrás no início deste mês e, segundo o gerente-executivo de Desenvolvimento Energético da empresa, Mozer Schimit, pode ser concretizado. Para produzir aquela quantidade de combustível, são necessárias nove usinas de álcool hidratado, uma de álcool anidro e uma de biodiesel.

'Acredito que no início de 2008 já estaremos na parte executiva do projeto, para pôr tudo em funcionamento em quatro anos. Caso a estatal perca o interesse no projeto, temos outras fontes de recursos. O custo está estimado em quase R\$ 36 milhões para as 11 usinas e a construção de uma termelétrica de médio porte', diz Bonelli.

As usinas são apenas parte do plano de expansão das atividades no Itamarati 2. Com cerca de mais R\$ 11 milhões serão construídos laticínio, abatedouro de aves, fábrica de ração e centro de recepção da produção. A capacidade de produção anual, ainda conforme o estudo, é de 27.410 toneladas de soja, girassol e milho, 15.190 toneladas de carne de frangos, suínos e bovinos, 10 milhões de litros de biodiesel, 14 milhões de litros de álcool hidratado, 7 milhões de litros de álcool anidro, 406 mil metros cúbicos de eucalipto e a geração elétrica de 735 mil kw/ano. O estudo apurou que cada família estaria recebendo, atualmente, R\$ 1.995 líquidos por mês, caso o projeto estivesse em funcionamento. Outras vantagens seriam a criação de 5.896 empregos diretos e indiretos.

INFRA-ESTRUTURA - O espaço do assentamento permite a instalação de projetos agroindustriais, por possuir infra-estrutura completa, como sistemas de armazenagens, rodovia asfaltada, energia elétrica a partir de subestação própria, aeroporto e equipamentos dimensionados para atender a cada setor produtivo. É uma área de 24.619 hectares, praticamente a metade da antiga Fazenda Itamarati, com 50 mil hectares.

A ressaca leve do álcool - Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 25/12/2007

O ENTUSIASMO com o álcool combustível de um ano atrás arrefeceu de modo considerável ao longo de 2007. Desde o discurso sobre o Estado da União de George W. Bush em 26 de janeiro, quando fixou a meta de substituir por biocombustíveis 20% da gasolina de seu país até 2017, logística e preços lançaram água fria na fervura dos investimentos -lá como cá.

EUA e Brasil são os maiores produtores mundiais de álcool, cerca de 70% do total. O que acontecer nos dois países será lido como tendência no mundo inteiro. Em ambos os casos, 2007 foi um ano de ajustes.

Nos Estados Unidos, a euforia esbarrou em problemas de distribuição. A produção de álcool a partir do milho se concentra no Meio-Oeste, mas os grandes mercados estão nas costas Leste e Oeste. Quem destinou o grão para combustíveis colheu um resultado paradoxal: enquanto o preço do álcool caía, o do milho para uso alimentar subia. Ao prejuízo seguiu-se uma retração no investimento para aumentar a produção. Várias das 77 usinas em implantação foram desaceleradas ou paralisadas.

No final do ano, o setor recebeu um alento: a nova Lei de Energia sancionada por Bush projeta um consumo de 137 bilhões de litros de biocombustíveis em 2022. Desse total, 57 bilhões de litros seriam de álcool de milho, meta vista com ceticismo -afinal, 20%

do grão colhido já vai para as usinas de álcool, e os EUA não têm para onde expandir a agricultura.

No médio e longo prazos, excelente notícia para canavieiros do Brasil, vice-líder na produção e o país que conta com mais espaço para ampliá-la. Em 2007, porém, a exportação para os EUA encolheu, os estoques aumentaram e os preços caíram. Aqui, também, inversões bilionárias passaram a ser revistas. Ninguém se atreve a falar em crise, contudo.

Sem assistência, cortador corre riscos – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007

Pesquisadora afirma que falta de acompanhamento médico aos bóia-frias causa morte nos canaviais

EDUARDO SCOLESE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Sem direito a exames médicos periódicos exigidos pela legislação e com a situação nos canaviais piorando a cada ano, a morte se tornou o limite no trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar que trabalham no Estado de São Paulo.

A opinião é de Maria Cristina Gonzaga, 48, pesquisadora da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Medicina e Segurança do Trabalho), entidade ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

"A morte é o limite, porque não tem nenhum acompanhamento. Se tivesse [um acompanhamento médico], não morreria", afirma Gonzaga, da Divisão de Ergonomia e uma espécie de porta-voz da fundação contra a situação degradante de trabalho dos bóias-frias. Cristina é engenheira agrônoma, engenheira de segurança, ergonomista e mestre em engenharia agrícola.

FOLHA - De que forma o apoio do governo federal ao novo ciclo da cana tem incentivado o avanço no desrespeito às condições de trabalho nos canaviais?

MARIA CRISTINA GONZAGA - Ele [incentivo do governo] intensifica o trabalho. E o que significa a intensificação do trabalho? Maior produção. Esses trabalhadores ganham por produção. Se o trabalhador, na época da chuva, de janeiro a maio, precisa cortar 100 metros para conseguir dez toneladas [de cana], no inverno, ou seja, no período de seca, ele precisa cortar 300 metros para atingir as mesmas dez toneladas. Então o trabalhador passa a responder pela mudança climática sobre o salário dele, já que ganha pela produção por peso. A meta não distingue os períodos do ano.

FOLHA - A quais riscos esses trabalhadores estão sujeitos?

GONZAGA - São inúmeros. Têm os riscos químicos, que são os agrotóxicos, os herbicidas, os maturadores de cana. Há os riscos físicos, o calor, o frio, a umidade, a radiação solar. Têm os riscos mecânicos, como atrito e pressão, os biológicos, como bactérias, fungos, animais peçonhentos. Há os riscos organizacionais, como forma de pagamento, turno, jornada, pausa, normas de produção, metas a serem atingidas. E os operacionais, como postura, força, movimento repetitivo. Um cortador de cana dá um golpe de facão por segundo.

FOLHA - E o saldo?

GONZAGA - O grande problema é que todos esses riscos interagem. O que agrava muito é que tudo isso ocorre de forma sinérgica. O esgotamento deles [cortadores] vem da interação desses riscos. A morte é o limite, porque não tem nenhum acompanhamento. Se tivesse [um acompanhamento médico], não morreria.

FOLHA - Esses trabalhadores são submetidos a exames médicos?

GONZAGA - Que eu conheça, não. A legislação exige exame admissional, periódico e demissional. No que tenho encontrado no campo, o trabalhador não tem nenhum.

FOLHA - Isso porque muitos deles são temporários?

GONZAGA - Tem a ver, sim. Já encontramos trabalhadores com três tipos de contrato assinados em branco. Neles, o empresário pode escrever qualquer coisa. Tem pedido de demissão assinado em branco, termo de rescisão de trabalho assinado em branco. Quando você rescinde um contrato? Quando você tem algum problema. E lá [no papel em branco] o empregador pode justificar qualquer coisa, como uma meta não atingida. Eles assinam tudo em branco e depois o empregador faz o que bem entende.

FOLHA - E no caso dos cortadores de cana contratados? Também não há exames?

GONZAGA - Tenho visto que não. Tanto que os trabalhadores estão morrendo por parada cardiorrespiratória, um monte de questões que, se tivesse tido o exame, avaliando a qualidade da saúde, eles escapariam da morte. É que eles chegam totalmente carentes e desnutridos, e ninguém avalia se eles podem ou não cortar cana.

FOLHA - Há precauções por conta do calor?

GONZAGA - Ocorre um estresse por calor mesmo. O cortador se movimenta sem parar, sem a água refrigerada pra tomar. O EPI [equipamento de proteção individual] esquenta pra caramba, porque não é adequado às nossas condições de calor. Então [o

trabalhador] deveria ter uma pausa bem programada. Recomendo pausas de 20 minutos a cada uma hora e meia de trabalho.

FOLHA - *Mas isso, na prática, não ocorre.*

GONZAGA - Isso é uma recomendação técnica que ninguém escuta.

FOLHA - *Esses casos de desrespeito estão ligados à falta de organização dos trabalhadores?*

GONZAGA - Sim, tanto é que as usinas estão se movimentando ao sudoeste e ao oeste do Estado de São Paulo, porque lá os trabalhadores não estão organizados.

FOLHA - *Isso é uma forma de burlar a questão trabalhista?*

GONZAGA - Óbvio, óbvio.

FOLHA - *Se comparada com anos atrás, como está a situação hoje nos canaviais?*

GONZAGA - Há quatro anos, eu conversava com os cortadores, e eles sabiam o que ganhavam e que tinham uma meta a ser cumprida, que tinham direito a receber o EPI. Agora eles não sabem mais nada. Um trabalhador me perguntou: "O que é meta, moça? O que é EPI? Nós não sabemos o que é isso". Acho que está piorando muito.

FOLHA - *O Ministério do Trabalho tem gente suficiente para fazer essa fiscalização?*

GONZAGA - Não. Não tem.

FOLHA - *Tudo é precário nos canaviais?*

GONZAGA - O que é bom? Eu não sei. Não consigo lembrar. Não sei te falar. Só vi coisa ruim, apesar de ser um setor que tem gerado emprego. Mas o que a gente vê hoje, nos depoimentos dos trabalhadores, são os serviços de RH [recursos humanos] das empresas só treinando os trabalhadores para cumprir as metas.

Prefeitura faz convênio para fiscalização – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BROTAS - A Prefeitura de Brotas (SP) afirma que desde o começo do ano tem tomado medidas para fiscalizar e proteger o ambiente.

Exemplo disso, segundo a prefeitura, foi a assinatura de um convênio com o governo do Estado que garante ao município autonomia para a fiscalização e licenciamento ambiental. "Sabemos que essas culturas avançam e agridem as áreas de preservação permanente. Esperamos recuperar as áreas de mata. Quem invadiu vai ter que retirar a plantação. Vamos apurar até se o solo está sendo manejado corretamente", disse o prefeito Orlando Barreto (PSDB).

O prefeito de Analândia, Beto Perin (DEM), relata que as áreas que pertencem ao município estão preservadas. Diz lamentar que fazendeiros arrendem propriedades e afirma que Analândia "ainda tem muita área nativa".

O prefeito de Torrinha, Gilcimar Botteon (PPS), se diz preocupado com o avanço da cana, mas argumenta que o município não tem estrutura para impedir o "bloqueio do turismo" nos canaviais.

Cássio Paggiaro, gerente agrícola da usina Cosan, que atua na região, afirma que os novos plantios da empresa ocorreram onde já existiam plantações.

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) diz orientar usinas a cumprirem a legislação ambiental, que proíbe a ocupação de áreas de proteção ambiental.

Ambientalistas afirmam que uso desgasta o solo – Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 30/12/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BROTAS - Ambientalistas dizem que a expansão dos canaviais pela Chapada Guarani resulta em desequilíbrio da fauna e flora, no desgaste do solo e em perigo de contaminação de matas e mananciais.

"Estamos em área de recarga de mananciais do aquífero Guarani, onde rochas porosas de arenito absorvem água. Parte da cana está em área de encosta, de preservação permanente. É uma região frágil para contaminação", diz Fábio Lenci, da ONG Rio Vivo, de Brotas.

Ele afirma que a entidade pretende mapear, com imagens de satélite disponibilizadas na internet, as áreas com possíveis irregularidades na região. Segundo moradores, os canaviais estão expulsando animais de cerrado, como lobo-guará e veados, entre outros.

Nos córregos, os peixes estão desaparecendo, diz o pedreiro Luis Carlos Ometo, 62, de Analândia. "Na beira das nascentes não tem mais peixes, acho que de tanto veneno." As queimadas também são problema. O Ministério Público Federal conseguiu neste ano uma liminar na Justiça que determinou a paralisação das queimadas controladas de cana na região de Jaú, que engloba dois municípios da chapada, Brotas e Torrinha. Pela decisão, a expedição de licenças ambientais para queimadas ficam apenas sob responsabilidade do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). **(MATHEUS PICHONELLI)**

Cana ameaça sítios arqueológicos no AC – Sergio Torres – Folha de São Paulo – Ciência – 31/12/2007

Geoglifos, grandes estruturas geométricas construídas por povo antigo, são destruídos por estradas, pastos e lavouras

Usina de álcool planeja expansão em área que contém nove sítios; governo planeja instalar zona de amortecimento nos locais

SERGIO TORRES

ENVIADO ESPECIAL A RIO BRANCO (AC) - A expansão de lavouras de cana-de-açúcar no interior do Acre para a produção de álcool combustível ameaça sítios arqueológicos de até 2.500 anos descobertos com o desmatamento da floresta amazônica.

Alguns dos chamados geoglifos estão sendo destruídos antes mesmo de serem estudados. Compostos de desenhos geométricos gigantes, esses sítios têm a forma de quadrados, círculos, quadrados dentro de círculos e círculos dentro de quadrados. Já foram descobertos um octógono e dois círculos que formam uma espécie de boneco, com cabeça e tronco.

Embora os primeiros geoglifos tenham sido descobertos há 30 anos, eles jamais foram estudados sistematicamente nem protegidos pelo poder público. Assim, à medida que a floresta ia sendo derrubada a partir do entorno da capital, Rio Branco, os sítios ficaram vulneráveis à ação humana.

Abertura de estradas, pastos, terraplenagens, assentamentos, torres de energia elétrica e atividades agrícolas são algumas ações que provocam a destruição total ou parcial dos geoglifos, que, por causa do tamanho, só podem ser vistos do alto. No chão, suas linhas são valas comuns, a maioria coberta por vegetação rasteira.

A mais nova ameaça é o plantio de cana-de-açúcar em terras desmatadas do município de Capixaba, a 60 km de Rio Branco. Já há 1.800 hectares plantados. O plano de

expansão do empreendimento Usina Álcool Verde (95% de capital privado e 5% do governo do Acre) prevê 39,5 mil hectares até 2015, sempre em terrenos onde não há mais floresta. Só nessa área há nove geoglifos mapeados.

Em outubro, o Ministério Público do Estado do Acre suspendeu a licença ambiental da usina, na tentativa de preservar os sítios arqueológicos. A Álcool Verde está com seu processo de expansão suspenso até que seja feito por especialistas um estudo do impacto ambiental da lavoura canavieira nas áreas onde estão os geoglifos.

Zona de amortecimento - O Departamento de Patrimônio Histórico do Acre acaba de concluir um plano emergencial de preservação dos geoglifos na rota da cana. A chefe do órgão, Suely Melo, diz que a proposta é cercar os nove geoglifos já descobertos com "uma zona de amortecimento" de 1 km de diâmetro, na qual não se plantaria cana-de-açúcar. A direção da usina anunciou que vai acatar o planejamento do Patrimônio Histórico acreano, embora antevêja prejuízos com a supressão de áreas que estavam destinadas ao plantio de cana-de-açúcar. Para o gerente administrativo e financeiro da Álcool Verde, Elânio Pereira da Silva, a delimitação de 1 km de proteção em volta dos geoglifos é exagerada.

Pereira da Silva disse que a empresa está realizando um mapeamento próprio a fim de averiguar se há mais geoglifos e sítios arqueológicos em sua área de expansão. De acordo com ele, por determinação do Ministério Público, não está havendo novos plantios, mas o beneficiamento da produção plantada prossegue. Pesquisadora de geoglifos, a geógrafa Míriam Bueno, do Laboratório de Geoprocessamento da Ufac (Universidade Federal do Acre), diz que não é possível saber quantos desenhos já foram destruídos desde as primeiras descobertas, em 1977. "Um proprietário rural se depara com aquela vala, não faz idéia do que é, passa o trator por cima, usa a vala, de uns dois metros de profundidade, para acumular água, bota o gado para pastar ali em cima. Isso não dá para medir", disse.

Ipsis Litteris – Valor Econômico – Agronegócios - 19/12/2007

"A eliminação dos últimos resquícios de informalidade" no segmento sucroalcooleiro de São Paulo é uma das prioridades da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) em 2008, disse ontem o presidente da entidade, Marcos Jank, em encontro com jornalistas. Segundo ele, trata-se de uma questão vital para a sustentabilidade plena da atividade, que também envolve os aspectos ambientais. Nessa frente, a Unica assinou recentemente com o governo paulista um protocolo agroambiental que prevê a antecipação do fim da queima de cana para 2014, a recuperação de áreas de proteção permanente (APP) e a proteção de nascentes e matas ciliares. A inviabilidade econômica do plantio de cana na Amazônia é outro ponto que vem sendo reforçado pela Unica, principalmente em virtude das pressões internacionais. "Sustentabilidade hoje ocupa 60% do meu tempo", garantiu Jank. "Não vamos negar problemas ou defender o errado. Se necessário, faremos uma separação dentro do setor", afirmou o presidente da Unica.

Agenda estratégica do álcool combustível - Marcos Fava Neves – Valor Econômico –
Opinião –27/12/2007

Muitos sistemas produtivos recebem admiração minha, mas a cana é especial - por sua história, pelo benefício que traz para o Brasil, por sua liderança mundial e por ver o desenvolvimento econômico das regiões produtoras. A cana ganhou uma legião de novos defensores nos últimos anos. Faço parte dos velhos entusiastas, escrevendo há mais de 15 anos, mas confesso preocupação com sua sustentabilidade, dividida no tripé economia, pessoas e planeta.

O que se observou em 2007 não é sustentável em termos econômicos e de pessoas/distribuição de renda. Diversos investimentos foram feitos em expansão produtiva confiando no mercado interno e externo de álcool. Somado ao fato do preço do açúcar estar baixo, os produtores de cana e usinas terminam o ano praticamente sem lucro nenhum. Fora isto, percebe-se que, para exportar o etanol, a cada dia é colocada uma nova dificuldade por nossos compradores potenciais. Muita bobagem é dita, inclusive com a injusta comparação do etanol de milho e outros grãos, com o etanol de cana. Talvez precisemos mudar o nome do produto, passando a se chamar "cane-ethanol" ou "canethanol", mas isso é tema para outro artigo.

Quanto mais forte (em capacidade de consumir) e flexível (podendo reverter para gasolina ou gás) for o mercado interno, mais sustentabilidade econômica e distribuição de renda teremos. Vejo problemas na próxima safra, mais sérios que os desta. A produção vem firme e teremos mais quase 5 bilhões de litros. E o consumo? Para isto, proponho a "agenda 10 do álcool", composta por pontos a serem trabalhados por governo, organizações e setor privado.

Os pontos principais que governos federal e estaduais poderiam atacar envolvem questões tributárias e de regulamentação. (1) Urge que o álcool tenha a alíquota de ICMS reduzida para 12% em todos os Estados e ligeira redução de outros impostos federais. Agora que praticamente todos Estados terão produção, esta redução de arrecadação será compensada em parte pela produção, pelos investimentos que foram e estão sendo feitos, pelos salários gerados e outros impostos arrecadados. Fora os benefícios ambientais e de interiorização do desenvolvimento. Pode-se também (2) estudar se a faixa de adição do anidro na gasolina poderia ser ampliada dos atuais 20% a 25%, para 18% a 28%. Muitas pessoas com carros a gasolina já fazem esta adição maior por conta própria. Assim, em casos de grande produção, o uso de 28% poderia ajudar no consumo, e vice-versa.

Muitos países neste momento fazem suas regulamentações com relação aos biocombustíveis, definindo as proporções de adição, entre outras. Se o Brasil quer ser um país verde em termos de combustíveis, sou favorável a que (3) a partir de 1 de janeiro de 2010 apenas automóveis novos flex fuel tenham autorização para emplacamento. Apesar do mercado sinalizar favoravelmente (recentemente uma camionete cabine dupla saiu com motor flex fuel e há fila de espera), observa-se que montadoras ainda resistem - caso de coreanas, alemãs, japonesas, americanas - e o consumidor brasileiro não tem acesso a carros maiores biocombustíveis. Estima-se que grande quantidade de veículos baratos entrará no Brasil, vindos da China e Índia, e não se pode correr o risco que venham à gasolina. Até 2010, as montadoras teriam tempo suficiente para fazer esta simples adaptação e desovar estoques atuais. E poderiam, tal como as francesas, exportar estes carros e motores levando a tecnologia e consumo a outros mercados.

Ainda na agenda governamental, é necessário pensar em alterações na arrecadação dos impostos e (4) permitir vendas diretas de álcool das usinas para os postos de gasolina. Com toda a inegável eficiência das distribuidoras de combustível, por menores que sejam as distâncias, existe passeio desnecessário do álcool e, em alguns casos, intermediação adicional. Esta liberalização contribuiria para um mercado mais competitivo.

Mercado interno é maior e mais flexível e pode absorver excedentes e dar sustentabilidade à cadeia produtiva

A indústria de motores pequenos e grandes (5) precisa estudar motos a álcool e também a adaptação de motores grandes (diesel) para o álcool com as novas tecnologias (já feito por uma empresa sueca e universidade), visando o mercado dos caminhões dos fornecedores de cana e das usinas (e tratores) e de ônibus urbanos. Usinas abastecendo sua frota de caminhões com o próprio álcool, em regime de tributação privilegiada, teriam seu custo reduzido, podendo ser repassado aos preços. Mais ambientalmente correta seria esta cadeia produtiva, pois o grande volume de diesel consumido nas operações entra negativamente na conta da sustentabilidade da cana.

As usinas são conservadoras em avançar nos canais de distribuição. Poderiam (6) montar joint ventures e entrar no mercado de distribuição de álcool, com uma gestão independente, comprando distribuidoras hoje existentes ou montando novas, autorizadas a funcionar pelo governo. Em formas organizacionais associativas (franquias ou joint-ventures), (7) podem montar postos de combustível nas cidades. Estes não competiriam com as redes existentes (seriam poucos), mas seriam "postos-conceito" (o nome da rede poderia ser verde, ou "green"), e serviriam para direcionar os preços varejistas do álcool (dificultando a ação de cartéis) e comunicar a imagem ao consumidor, pois estes postos seriam decorados com a cadeia da cana e com material de comunicação, plantio de árvores, enfim, uma rede "eco". Venderiam gasolina e diesel, mas em 80% das bombas, álcool. O conceito "loja de fábrica".

Em convênio com prefeituras e empresas (8), ônibus urbanos poderiam ser testados a álcool (a Única vem fazendo isto), em escala muito maior. Na Suécia são 600, com custo apenas 3% superior! Seriam pintados e decorados com a cadeia produtiva, e a população teria conhecimento, informação, seja estampadas em suas paredes, por folders ou vídeos. Mudando rotas, em 4 a 5 meses já teriam "falado" com a população usuária. Além da melhoria nas condições do ar, seria um canal de comunicação permanente do setor com a comunidade.

Está claro que a Petrobras (9) terá condições de exportar gasolina pronta para consumo, já adicionada de anidro. Caiu no colo da Petrobras a chance de ser a primeira empresa petrolífera verde do planeta. A estatal tem um papel muito importante na imagem do álcool. E o álcool (e biodiesel) tem um papel muito importante na imagem da Petrobras.

Finalmente (10), um plano de comunicação integrada de marketing precisa ser trabalhado pela cadeia produtiva da cana, usando idéias criativas para que a sociedade brasileira dê valor a este produto, reduzindo as resistências.

A cadeia produtiva tem muitos pontos a serem resolvidos, desde a colheita, a queimada, a viesada imagem da monocultura e da redução de produção de alimentos, a reforma do Consecana. Foram colocados 10 pontos no que esta sob o nosso controle: o mercado interno. Sendo maior e mais flexível, terá condições de absorver excedentes de

produção, mantendo a sustentabilidade econômica e de pessoas desta importante cadeia produtiva, agora, não mais paulista e nordestina, mas brasileira.

Marcos Fava Neves é professor de Planejamento, Estratégia e Marketing da FEA/USP de Ribeirão Preto. Coordenador do Pensa e Markestrat. E-mail: mfaneves@usp.br

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Brasil abre guerra contra subsídios dos EUA ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/12/2007

Disputa deve mexer com a recém-aprovada lei agrícola americana que promete liberar US\$ 284 bi até 2012

A pedido do Brasil, a Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou ontem uma investigação contra os subsídios dados pelos Estados Unidos à produção agrícola. Se as críticas contra os americanos não são novas, pela primeira vez os árbitros internacionais avaliarão uma queixa que trata não apenas de produtos agrícolas, mas que também ataca os milionários subsídios dados por Washington à produção de etanol.

A disputa ainda promete ter um importante impacto político, já que colocará na berlinda a recém-aprovada lei agrícola americana que dará US\$ 284 bilhões em subsídios aos produtores até 2012.

A Casa Branca acusa o Brasil de estar tentando desviar a atenção das negociações da Rodada Doha com a abertura da disputa. Há dois meses, o Itamaraty, ao lado do Canadá, já havia feito a queixa. Mas questões legais impediram que o processo fosse adiante. Há três semanas, o Brasil levou o contencioso à OMC. Mas os americanos conseguiram bloquear a criação do grupo que investigaria os subsídios.

Desde então, a questão ganhou nova dimensão, tanto política quanto ambiental. O Brasil se queixa da recusa de americanos e europeus em incluir o etanol como um bem ambiental nas negociações.

Na semana passada, durante conferência da ONU em Bali, que apontou soluções para questões climáticas, o chanceler Celso Amorim não poupou críticas aos americanos que sugeriram um acordo de livre comércio para produtos e tecnologias consideradas como positivas para o meio ambiente. O biocombustível, porém, não fazia parte do projeto.

O que o Brasil argumenta é que os americanos apenas conseguem ser competitivos graças a seus milionários programas de apoio à produção de milho. Segundo entidades de pesquisa, como a Global Initiative, os subsídios ao etanol chegariam a US\$ 7 bilhões ao ano nos EUA, mais que toda a exportação brasileira do produto. O Brasil decidiu, portanto,

incluir dois programas de apoio à produção em sua lista de queixas que agora será avaliada pela OMC. Os árbitros terão três meses para chegar a uma conclusão.

Mas o Itamaraty não questiona apenas o etanol. Politicamente, o caso pode ter um impacto até mesmo no Congresso dos EUA, que aprovou um novo pacote de ajuda agrícola que continuará afetando os países emergentes até 2012. Os subsídios serão de US\$ 284 bilhões até lá.

No total, mais de 80 programas em diferentes setores da agricultura serão atacados pelo Brasil na OMC, desde planos de ajuda para os cultivos afetados por furacões até programas destinados à guerra contra o terrorismo.

Na avaliação do Itamaraty, o caso ainda seria uma forma de pressionar para que a nova lei agrícola (Farm Bill) americana seja repensada.

O Brasil alega que os EUA superaram o limite do valor autorizado dos subsídios. Segundo as normas na OMC, os americanos são autorizados a dar no máximo US\$ 19 bilhões por ano a seu setor. Segundo Brasília e Ottawa, o volume foi superado em praticamente todos os anos na última década.

Comida mais cara – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/12/2007

A produção mundial de cereais em 2007 deve alcançar 2,1 bilhões de toneladas, ou 4,6% mais do que a produção de 2006, de acordo com a última estimativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). É uma produção recorde, mas, mesmo assim, os preços internacionais de alguns dos principais produtos já atingiram o nível mais alto da história e tendem a subir mais. Os produtos agrícolas em geral estão ficando mais caros. Desde o início do ano, o preço do trigo duplicou e as cotações do milho, do leite e de oleaginosas já alcançaram ou estão prestes a alcançar seu valor mais alto de todos os tempos.

Por muitos anos, os preços dos alimentos estiveram em queda - segundo a revista *The Economist*, entre 1975 e 2004, eles diminuíram 75% em termos reais -, mas a tendência se inverteu. De 2005 até agora, diz a revista, a cotação de um grupo de alimentos de maior consumo no mundo aumentou 75% em termos reais. Acabou a era do alimento barato?

O mercado mundial de grãos passa por mudanças que devem ser duradouras. A produção cada vez mais intensa de biocombustíveis e a mudança do padrão alimentar em países cuja renda cresce rapidamente são as principais causas dessas mudanças, cujos efeitos se espalham por todos os países, produtores ou consumidores.

O estímulo concedido pelo governo dos Estados Unidos para o plantio do milho destinado à fabricação do etanol impulsionou o preço desse produto no mercado mundial.

Os agricultores americanos responderam a esses dois estímulos - apoio do governo e preços em alta - aumentando a área plantada com milho, que neste ano será a maior desde a 2ª Guerra Mundial. A produção será recorde, mas, assim mesmo, os preços do milho continuam a subir.

A utilização de mais terras para o cultivo do milho reduz o plantio de outros produtos, cujos preços também sobem. A produção animal, que utiliza intensamente rações derivadas desses produtos, igualmente incorre em custos maiores. O resultado é o encarecimento das carnes em geral.

A esse fenômeno soma-se outro: o aumento do consumo de carne na China e em outros países de rápido crescimento. Em 1985, diz a revista *The Economist*, cada chinês consumia em média 20 quilos de carne por ano; agora, consome 50. São mais chineses comendo mais carne. E maior consumo de carne quer dizer também maior consumo de grãos, pois, como lembra a revista, a produção de 1 quilo de carne bovina exige 8 quilos de grãos.

O diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, advertiu recentemente para o sério risco de cada vez menos pessoas terem acesso à comida, especialmente nos países pobres. Esse risco se acentuou recentemente. Em 2006, o índice de preços de alimentos da FAO registrou alta de 9%, considerada inaceitável. Em 2007, o aumento foi de 40%.

À alta dos preços se soma o problema dos estoques baixos. O estoque mundial de trigo, segundo a FAO, diminuiu 11% em 2007, atingindo seu nível mais baixo desde 1980. O estoque corresponde a 12 semanas do consumo mundial, bem menos do que a média de 18 semanas observada de 2000 a 2005. O estoque de milho, por sua vez, que era suficiente para o consumo mundial de 11 semanas na primeira metade da década, hoje é suficiente para 8 semanas.

Para complicar, o aumento do preço do petróleo encareceu os custos de transportes dos produtos agrícolas. E a maioria dos países de baixa renda importa boa parte dos alimentos que consome.

Diouf sugere que os governos e as organizações internacionais reexaminem as políticas agrícolas adotadas “num ambiente econômico diferente” do atual, para evitar o agravamento do problema mundial.

Por que não, por exemplo, cortar subsídios visto que os preços altos estimulam a produção, como sugere *The Economist*? Por que, em vez de subsidiar a produção do etanol a partir do milho, os EUA não importam mais etanol do Brasil, produzido com mais eficiência que o americano e, por isso, a custo mais baixo e sem a utilização do dinheiro do contribuinte?

E por que não tornar mais livre o comércio de produtos agrícolas, que ajudaria a aumentar a renda dos países mais pobres e a reduzir as pressões sobre os preços dos alimentos em geral?

Norma amplia em quase 500% fabricação de combustível

JOHN M. BRODER

DO "NEW YORK TIMES"-Um projeto de lei que alterará de maneira lenta, mas decisiva, os automóveis que os norte-americanos dirigem, os combustíveis que eles utilizam, a maneira pela qual iluminam suas casas e os preços que pagam pelos alimentos foi sancionado ontem pelo presidente George W. Bush, depois de conquistar aprovação por larga margem na Câmara dos Representantes, um dia antes. "Hoje [ontem], estamos dando um passo importante, com a Lei da Segurança e Independência Energética", disse Bush após assinar a lei, em evento no Departamento da Energia. "É um importante avanço para reduzir nossa dependência do petróleo, combater as alterações no clima mundial, expandir a produção de combustíveis renováveis e legar às futuras gerações um país mais forte, mais limpo e mais seguro."

É a primeira vez em 32 anos em que uma lei é utilizada com o objetivo de impor padrões mais severos de economia de combustível para automóveis e utilitários leves. Ela requer a produção de 136 bilhões de litros anuais de combustíveis renováveis até 2022, uma ampliação de quase 500% ante o atual nível de produção de álcool.

A medida também estabelece novos padrões de eficiência energética para equipamentos domésticos e edifícios públicos e estabelece um prazo de de anos para a eliminação do uso de lâmpadas incandescentes.

A aprovação do projeto de lei marca uma das maiores reformulações de política energética adotada pelos Estados Unidos desde os embargos de petróleo nos anos 70. Mas os custos totais da medida não serão conhecidos por anos. Os críticos alegam que ela tornará os carros e veículos comerciais menos seguros e mais caros, desviará o uso de terras hoje utilizadas na produção de alimentos para o plantio de safras usadas na produção de álcool e outros combustíveis sintéticos, além de elevar o preço da comida devido à competição por milho e grãos entre os refinadores de combustíveis e os produtores de alimentos e ração animal.

A deputada Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Representantes, descreveu o projeto como revolucionário porque ele resultará em redução nas importações de petróleo, diminuirá as emissões dos gases que os cientistas culpam pelo aquecimento global e aumentará significativamente a eficiência energética da frota nacional de veículos. "Vocês estão presentes em um momento de verdadeira mudança", disse aos colegas antes da votação.

Pelosi e outros defensores do projeto expressaram decepção com o fato de a lei não incluir requisitos de uso crescente de fontes renováveis pelas empresas geradoras de energia e com relação ao corte de um pacote de subsídios a tecnologias de energia eólica, solar,

geotérmica e outras fontes alternativas, que teria sido bancado pela imposição de tributos mais elevados sobre as companhias petrolíferas.

"A lei poderia ter sido mais forte", disse a senadora Barbara Boxer. "É realmente lastimável que não tenhamos adotado os padrões em relação à geração renovável de eletricidade ou os incentivos para energia eólica e solar. Mas lutaremos por essas idéias no futuro." *Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

Álcool celulósico é "grande aposta" dos EUA, diz USDA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/12/2007

DA BLOOMBERG - Os EUA estão fazendo uma "grande aposta" ao planejarem depender do álcool celulósico para atender suas necessidades de combustível, disse Keith Collins, atual economista-chefe do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) e que se aposentará em janeiro.

Anteontem o presidente George W. Bush sancionou lei para o setor de energia que aumentará o uso de combustíveis alternativos como o álcool a partir dos 7,5 bilhões de galões deste ano (28,3 bilhões de litros) para 36 bilhões de galões em 2022. Cerca de 20 bilhões desses galões teriam de ser gerados por lascas de madeira, rejeitos de safras agrícolas e formas de biocombustível não fabricadas a partir do milho, que é a fonte predominante de álcool nos EUA, disse o economista-chefe do USDA.

As usinas de produção de combustível celulósico não foram testadas em escala comercial, de acordo com Collins, o que transforma o projeto para o setor de combustíveis "numa legislação incrivelmente audaciosa".

"Se construirmos usinas com capacidade para produzir 50 milhões de galões de álcool celulósico, teríamos de erguer 400 unidades para atender a demanda", disse. Essas construções teriam de ocorrer "após ficar comprovado que essa tecnologia é economicamente viável, o que ainda não ocorreu".

EUA aprovam legislação para reduzir o consumo de combustíveis – David Usborne – O Globo – Ciência – 20/12/2007

Itens da lei incluem eficiência de carros e maior uso do etanol

David Usborne

LONDRES. Há muito tempo criticado por sua excessiva “sede” de gasolina, os Estados Unidos aprovaram uma legislação abrangente para reduzir de forma significativa o consumo de combustíveis fósseis.

Elementos da lei incluem o aumento da eficiência dos carros.

Quando ela for colocada em prática, terá um impacto equivalente à retirada de 28 milhões de veículos de circulação das estradas americanas.

Outras medidas da lei, que foi assinada ontem pelo presidente George W. Bush, buscam acabar com o uso de lâmpadas incandescentes até 2012 e incentivar a utilização de combustíveis renováveis nos veículos em atividade no país, especialmente através de etanol.

A lei tem como objetivo fazer com que os carros americanos usem 163 bilhões de litros de etanol até 2022, seis vezes mais do que o volume atual.

Até 2012, a média de consumo dos carros americanos, que é de cinco quilômetros por litros deve passar para 7,3 quilômetros por litro. Apenas essa medida será suficiente para economizar um milhão de barris de petróleo por dia.

Até 2030, os prédios federais deverão ter suas emissões de carbono neutralizadas.

A legislação foi aprovada por uma ampla maioria (314 a 100) maioria na Câmara dos Deputados, com diversos republicanos se aliando aos democratas no projeto. A lei foi elogiada por várias ONGs ambientalistas do país, que a classificaram com um grande avanço.

Pela primeira vez, Brasil produzirá mais álcool que os Estados Unidos – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 24/12/2007

Este ano, serão 21,3 bilhões de litros. Para 2008, deve haver expansão de 10%

BRASÍLIA. O etanol é um caminho sem volta, com perspectivas extremamente positivas não apenas para 2008 — ano em que o Brasil consolidará sua liderança na produção mundial — mas para um prazo bastante longo. O mercado interno continuará sendo o grande responsável pelo aumento da produção, afirmam especialistas do governo e do setor privado. Segundo estimativas da Datagro — uma das principais consultorias do setor sucroalcooleiro do país —, em 2007 a produção nacional fechará em 21,34 bilhões litros de álcool, passando pela primeira vez os EUA. Para 2008, está prevista uma expansão de 10%.

No campo a situação não é diferente. O crescimento da safra de cana-de-açúcar será de 11,1%. O desempenho se dará devido ao aumento da área plantada, de cerca de 12,53%, e da produtividade média, com uma alta de 2,6%, de acordo com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

No Brasil, o etanol já representa mais de 40% do consumo total de combustíveis, enquanto nos Estados Unidos o índice é de 4,8% da gasolina consumida e, no mundo, de

4,3%. Isso, destaca o presidente da Datagro, Plínio Nastari, mostra o grande potencial do álcool em termos de mercado.

Ele lembra que as montadoras estão difundindo a mistura de anidro à gasolina no planeta. — As empresas afirmam que automóveis leves podem misturar, sem adaptações de motor, até 10% de anidro ao total de gasolina. Ao mesmo tempo, a cultura do flex já se consolidou no Brasil — diz Nastari, acrescentando que o consumo de álcool para fins combustíveis no mundo deve chegar a 49,7 bilhões de litros no ano que vem, frente a 1,17 trilhão de litros de gasolina.

— O Brasil tem ainda como trunfo o fato de ter terras de sobra para plantar cana, sem ser acusado de encarecer o preço dos alimentos, casos dos Estados Unidos, com o milho, e da União Européia, com o trigo — afirma o presidente da Datagro.

Adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel será obrigatória Um mercado tão promissor atrai grupos estrangeiros, que já representam 12% do total da cana-de-açúcar produzida. A maioria das empresas é francesa e americana. Entre as que já se instalaram no país ou mostraram interesse destacam-se Agnenco (franco-brasileira), Marubeni (Japão), Sempra Energy (EUA), Aeni (Itália) e Clean Energy Brazil (Inglaterra). Figuras conhecidas do cenário nacional e internacional, como o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues; o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga; e o megainvestidor George Soros também decidiram investir nessa área.

— Cada litro de álcool representa dois quilos de CO₂ que são retirados da atmosfera — afirma Maurílio Biagi Filho, um dos maiores produtores de álcool do país.

Biagi lembra que a partir de janeiro de 2008 torna-se obrigatória a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel. Isso, ressalta o empresário, torna o mercado de biocombustíveis ainda mais animador. O biodiesel usa etanol em seu processo de produção.

O diretor-técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Antônio de Pádua Rodrigues, torce para que não haja atropelos ao longo do caminho, como alterações na política tributária, que aumentem a carga do setor sucroalcooleiro.

Ele lembra que a produção não é subsidiada e vem ganhando mercados por ser extremamente competitiva.

— Este ano tivemos uma safra alcooleira no Centro-Sul de 3,7 bilhões de litros a mais. Estamos próximos dos 20 bilhões de litros. O Norte e o Nordeste devem produzir 1,7 bilhão de litros. Foi o ano do álcool, e não do açúcar — diz Pádua, ressaltando que o Brasil saiu de 17,5 bilhões para 21,5 bilhões de litros este ano.

Entre os fatores que mais contribuíram para esse resultado, o diretor da Unica cita a frota de veículos bicompostíveis e a mistura de 25% de álcool anidro à gasolina, com a qual o setor trabalhou ao longo do ano. Com o preço do álcool hidratado abaixo do da gasolina, salienta Pádua, o consumo cresceu de forma progressiva.

— Em alguns estados, como São Paulo, o preço ficou 50% menor que o da gasolina — afirma o diretor da Unica.

Oferta maior que demanda causa queda no preço da cana Para 2008, Pádua destaca que, além da expansão da área plantada, existe a previsão de 30 novas usinas que entrarão em operação. Já as exportações deverão apresentar uma queda. Do total produzido, 12% vão para o mercado externo, ante 14% em 2007 e 21% em 2006.

— Nossas exportações dependem muito de oportunidades de negócio e bolhas de mercado. Um ano é bom para a Índia, outro ano para os Estados Unidos, não existe mercado cativo. Mas os únicos países com escala de etanol são o Brasil e os EUA, que produzem acima de 20 bilhões de litros — explica Pádua.

A CNA destaca, contudo, que o mercado ainda não respondeu ao otimismo esperado dos industriais do setor sucroalcooleiro. A oferta, diz a entidade, está maior que a demanda, o que provocou queda nos preços da cana, do álcool e do açúcar. Isso prejudica, especialmente, os produtores independentes.

“A baixa remuneração da cana que vem ocorrendo ao longo dos anos tem provocado um processo de diminuição dos produtores independentes na produção total de cana-de-açúcar. Atualmente vivendo em um momento de crise, esses produtores se esforçam para continuar na atividade e vêem em um futuro cada vez mais distante a sua participação no sucesso esperado do setor sucroalcooleiro”, diz o trecho de uma nota técnica da CNA.

Senado americano aprova mais incentivos ao etanol - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios - 17/12/2007

O Senado dos Estados Unidos aprovou na semana passada a criação de incentivos que deverão aumentar de maneira significativa o consumo de combustíveis alternativos como o etanol no país, dando um empurrão na indústria doméstica e ao mesmo tempo criando oportunidades para produtores de países que são mais competitivos que os EUA nessa área, como o Brasil.

Depois de meses de negociações, o Senado aprovou um projeto de lei que obrigará as refinarias americanas a aumentar gradualmente o uso de biocombustíveis nos próximos anos, até atingir a meta de 136 bilhões de litros de consumo anual, cinco vezes o que o país consome atualmente. A iniciativa precisa ser ratificada pela Câmara dos Representantes, o que provavelmente ocorrerá nesta semana.

A proposta estabelece um limite para a produção de etanol de milho, a única matéria-prima usada em larga escala pela indústria americana hoje em dia, e determina que mais da metade da meta seja alcançada com o desenvolvimento de combustíveis de nova geração como o etanol celulósico, que pode ser feito com capim e resíduos vegetais.

A meta estabelecida para o consumo de etanol de milho equivale a 57 bilhões de litros por ano. Para muitos especialistas, é o máximo que as usinas americanas podem produzir sem gerar complicações como um colapso na oferta de milho para outros setores da economia. Os EUA devem produzir neste ano 25 bilhões de litros.

Outros 79 bilhões de litros deverão ser obtidos com a produção de etanol celulósico, biodiesel e outros combustíveis que o projeto classifica como "avançados". É nessa categoria que se enquadra o álcool feito de cana-de-açúcar, como o produzido no Brasil. O projeto permite que o consumo de etanol de cana atinja 15 bilhões de litros por ano.

Isso representa mais do que o volume de álcool consumido pelo Brasil neste ano e equivale a um quarto do que o país terá condições de produzir na mesma época em que os americanos esperam alcançar essa meta, de acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

As novas metas foram estabelecidas num momento em que a indústria americana atravessa uma fase crítica. As usinas estão perto de produzir mais do que o necessário para atender a demanda existente e isso fez despencar os preços do etanol no mercado, reduzindo a lucratividade das usinas e inibindo a realização de novos investimentos.

As metas definidas pelo Congresso deverão reanimar o setor porque as refinarias terão que cumpri-las obrigatoriamente, o que aumentará a demanda pelo combustível. Nos EUA, o álcool é usado principalmente como um aditivo à gasolina, porque não existem redes de distribuição e postos prontos para vender volumes maiores do combustível.

O tamanho das oportunidades que serão criadas para o Brasil vai depender de vários fatores. O governo americano poderá ajustar as metas estabelecidas pelo Congresso no futuro se a indústria tiver dificuldades para desenvolver novos combustíveis alternativos como o etanol celulósico, ou se os preços do álcool subirem demais e tornarem o cumprimento das novas metas muito custoso para as refinarias.

Em 2006, quando houve um súbito aumento na demanda por etanol nos EUA e a indústria doméstica não conseguiu atendê-lo, os preços do combustível subiram tanto que as refinarias americanas passaram a importar grandes volumes de álcool do Brasil, apesar da tarifa que encarece o produto brasileiro para proteger as usinas dos EUA contra a concorrência externa.

Um fenômeno semelhante pode ocorrer nos próximos anos se a indústria local tiver dificuldades para cumprir as novas metas e isso fizer os preços do combustível subir novamente no mercado americano. A tarifa que os Estados Unidos impõem à importação de etanol deve continuar em vigor pelo menos até o fim do ano que vem. Um projeto em discussão no Congresso prorroga a tarifa por mais dois anos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

